

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	31
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	83
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	85

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	86
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	89

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	26/07/2012	Dividendo		Ordinária		1,06284
Assembléia Geral Ordinária	21/03/2012	Dividendo	15/05/2012	Ordinária		0,79256

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	8.601.498	8.971.519
1.01	Ativo Circulante	736.568	1.110.743
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	234.705	567.119
1.01.03	Contas a Receber	397.757	418.849
1.01.03.01	Clientes	374.536	410.903
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	23.221	7.946
1.01.03.02.01	Dividendos de controladas	23.221	7.946
1.01.04	Estoques	44.312	38.883
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	1.987
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	1.987
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	59.794	83.905
1.01.08.03	Outros	59.794	83.905
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	0	32.159
1.01.08.03.02	Outros	59.794	51.746
1.02	Ativo Não Circulante	7.864.930	7.860.776
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	250.744	245.630
1.02.01.03	Contas a Receber	86.886	86.886
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	86.886	86.886
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	7.299	6.981
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	7.299	6.981
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	156.559	151.763
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	16.571	16.099
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	108.382	104.059
1.02.01.09.05	Outros	31.606	31.605
1.02.02	Investimentos	2.690.149	2.551.112
1.02.02.01	Participações Societárias	2.690.149	2.551.112
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.363.168	2.239.831
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	326.981	311.281
1.02.03	Imobilizado	4.911.104	5.048.182
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.827.965	4.966.297
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	83.139	81.885
1.02.04	Intangível	12.933	15.852
1.02.04.01	Intangíveis	12.933	15.852

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	8.601.498	8.971.519
2.01	Passivo Circulante	660.406	1.130.811
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.995	53.031
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	43.995	53.031
2.01.02	Fornecedores	183.284	219.640
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	183.284	219.640
2.01.03	Obrigações Fiscais	112.961	304.483
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	109.283	303.919
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	196.994	357.804
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a pagar	13.641	19.142
2.01.03.01.03	Outros	4.697	5.052
2.01.03.01.04	(-) Impostos federais a compensar	-106.049	-78.079
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.051	93
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	9.441	7.443
2.01.03.02.02	(-) ICMS a compensar	-6.390	-7.350
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	627	471
2.01.03.03.01	ISS a pagar	627	471
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	208.185	224.904
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	35.794	41.364
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.174	23.851
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	16.620	17.513
2.01.04.02	Debêntures	172.391	183.540
2.01.05	Outras Obrigações	67.088	285.068
2.01.05.02	Outros	67.088	285.068
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.228	220.767
2.01.05.02.04	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	16.674	15.626
2.01.05.02.05	Concessões a pagar	3.047	2.643
2.01.05.02.06	Outras obrigações	40.139	46.032
2.01.06	Provisões	44.893	43.685
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.848	7.640
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.208	3.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	4.640	4.640
2.01.06.02	Outras Provisões	36.045	36.045
2.01.06.02.04	Benefícios pós-emprego	36.045	36.045
2.02	Passivo Não Circulante	2.336.848	2.392.727
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	786.761	937.535
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	632.388	629.681
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	430.000	434.988
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	202.388	194.693
2.02.01.02	Debêntures	154.373	307.854
2.02.02	Outras Obrigações	923.370	864.623
2.02.02.02	Outros	923.370	864.623
2.02.02.02.03	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	38.944	36.649
2.02.02.02.04	Concessões a pagar	884.365	825.730
2.02.02.02.05	Outras obrigações	61	2.244

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.03	Tributos Diferidos	206.140	165.482
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	206.140	165.482
2.02.04	Provisões	420.577	425.087
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	137.571	124.123
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.271	17.869
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.200	7.996
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	113.100	98.258
2.02.04.02	Outras Provisões	283.006	300.964
2.02.04.02.04	Benefícios pós-emprego	283.006	300.964
2.03	Patrimônio Líquido	5.604.244	5.447.981
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.753.726	2.262.157
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.229.380	1.229.380
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35.193	26.282
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	517.342
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	693.759	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	619.298	648.363

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	819.945	1.653.635	870.071	1.701.133
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-314.760	-642.182	-352.402	-664.054
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-55.138	-109.441	-68.100	-120.813
3.02.02	Transações no âmbito da CCEE	-1.777	-19.478	-6.276	-20.230
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-62.753	-132.043	-57.029	-115.016
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-188.667	-368.727	-215.206	-397.198
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.425	-12.493	-5.791	-10.797
3.03	Resultado Bruto	505.185	1.011.453	517.669	1.037.079
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	45.041	50.568	29.835	32.489
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.153	-6.438	-3.533	-6.434
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.430	-75.930	-41.095	-76.453
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.978	2.656	39.487	50.374
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais, líquida	2.143	329	28.718	39.174
3.04.04.02	Outras	1.835	2.327	10.769	11.200
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	83.646	130.280	34.976	65.002
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	84.547	131.942	35.360	65.703
3.04.06.02	Amortização de ágio / Direito de concessão	-901	-1.662	-384	-701
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	550.226	1.062.021	547.504	1.069.568
3.06	Resultado Financeiro	-78.741	-119.077	-43.904	-117.218
3.06.01	Receitas Financeiras	15.993	30.535	15.640	48.243
3.06.02	Despesas Financeiras	-94.734	-149.612	-59.544	-165.461
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	471.485	942.944	503.600	952.350
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-127.259	-269.339	-144.826	-286.622
3.08.01	Corrente	-78.440	-228.681	-146.641	-290.266
3.08.02	Diferido	-48.819	-40.658	1.815	3.644
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	344.226	673.605	358.774	665.728
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	344.226	673.605	358.774	665.728

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,52735	1,03196	0,54964	1,01989
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,52735	1,03196	0,54964	1,01989

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui resultados abrangentes.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	646.289	708.978
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.134.629	1.164.149
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	942.944	952.350
6.01.01.02	Depreciação e amortização	186.499	182.063
6.01.01.03	Resultado de participação societária	-130.280	-65.002
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	47.531	40.252
6.01.01.05	Juros	87.009	102.388
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquidas	546	-36.705
6.01.01.07	Outros	380	-11.197
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-488.340	-455.171
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	36.617	52.774
6.01.02.02	Reembolso de aquisição de combustível	3.728	-46.609
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-22.487	-2.034
6.01.02.04	Estoques	-5.429	3.594
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados e judiciais	33.378	98.015
6.01.02.06	Fornecedores	-40.354	27.160
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	-420.787	-457.044
6.01.02.08	Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-59.503	-113.175
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego	-14.662	-20.284
6.01.02.10	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	3.343	-3.529
6.01.02.11	Outros	-2.184	5.961
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-70.544	-33.128
6.02.01	Aumento em investimentos	-95.661	-22.811
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-45.669	-52.290
6.02.03	Aplicação no intangível	-843	-2.895
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	71.629	20.321
6.02.05	Redução de capital de controlada	0	24.547
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-908.159	-1.135.713
6.03.01	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-175.938	-789.125
6.03.02	Pagamentos de concessões a pagar	-1.341	-1.241
6.03.03	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-730.880	-345.965
6.03.04	Créditos com partes relacionadas	0	618
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-332.414	-459.863
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	567.119	796.117
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	234.705	336.254

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.342	0	0	-517.342
5.04.06	Dividendos	0	0	-517.342	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	673.605	0	673.605
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	673.605	0	673.605
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.911	20.154	-29.065	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	8.911	-8.911	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado	0	0	0	29.065	-29.065	0
5.07	SalDOS Finais	2.445.766	91.695	1.753.726	693.759	619.298	5.604.244

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-158.270	0	0	-158.270
5.04.06	Dividendos	0	0	-158.270	0	0	-158.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	665.728	0	665.728
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	665.728	0	665.728
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.865	25.573	-28.438	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	2.865	-2.865	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado	0	0	0	28.438	-28.438	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.671.628	691.301	679.752	5.580.142

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.834.483	1.891.709
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.832.156	1.886.552
7.01.02	Outras Receitas	2.327	11.200
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	0	-6.043
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-375.562	-341.621
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-150.939	-185.159
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-78.312	-72.987
7.02.04	Outros	-146.311	-83.475
7.02.04.01	Reversão de provisões operacionais, líquida	329	45.217
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-132.043	-115.016
7.02.04.03	Outros	-14.597	-13.676
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.458.921	1.550.088
7.04	Retenções	-186.499	-182.063
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-186.499	-182.063
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.272.422	1.368.025
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	160.815	113.245
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	130.280	65.002
7.06.02	Receitas Financeiras	30.535	48.243
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.433.237	1.481.270
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.433.237	1.481.270
7.08.01	Pessoal	100.134	87.656
7.08.01.01	Remuneração Direta	63.650	55.909
7.08.01.02	Benefícios	21.313	17.658
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.813	4.446
7.08.01.04	Outros	10.358	9.643
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	450.446	472.488
7.08.02.01	Federais	437.937	448.662
7.08.02.02	Estaduais	11.508	22.751
7.08.02.03	Municipais	1.001	1.075
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	94.064	113.022
7.08.03.01	Juros	73.953	99.098
7.08.03.02	Aluguéis	5.678	6.756
7.08.03.03	Outras	14.433	7.168
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	673.605	665.728
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	673.605	665.728
7.08.05	Outros	114.988	142.376
7.08.05.01	Encargos setoriais	54.608	83.759
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	60.380	58.617

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	11.658.794	12.028.563
1.01	Ativo Circulante	1.232.514	1.526.208
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	482.943	781.808
1.01.03	Contas a Receber	565.321	542.149
1.01.03.01	Clientes	565.321	542.149
1.01.04	Estoques	46.910	42.837
1.01.06	Tributos a Recuperar	66.525	64.294
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	66.525	64.294
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	70.815	95.120
1.01.08.03	Outros	70.815	95.120
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	5.027	38.923
1.01.08.03.02	Outros	65.788	56.197
1.02	Ativo Não Circulante	10.426.280	10.502.355
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	516.907	520.655
1.02.01.03	Contas a Receber	86.886	86.886
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	86.886	86.886
1.02.01.06	Tributos Diferidos	19.501	23.930
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.501	23.930
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	410.520	409.839
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	140.694	162.007
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	101.401	90.567
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	118.159	105.832
1.02.01.09.06	Outros	50.266	51.433
1.02.03	Imobilizado	9.814.715	9.885.151
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.153.478	9.255.048
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	661.237	630.103
1.02.04	Intangível	94.658	96.549
1.02.04.01	Intangíveis	94.658	96.549

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	11.658.794	12.028.563
2.01	Passivo Circulante	1.056.531	1.472.698
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.769	53.710
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	44.769	53.710
2.01.02	Fornecedores	259.393	234.336
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	259.393	234.336
2.01.03	Obrigações Fiscais	155.380	352.009
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	130.165	332.237
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	214.996	383.212
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a pagar	16.981	22.192
2.01.03.01.03	Outros	5.216	5.665
2.01.03.01.04	(-) Impostos federais a compensar	-107.028	-78.832
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	24.073	18.918
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	30.481	26.584
2.01.03.02.02	(-) ICMS a compensar	-6.408	-7.666
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.142	854
2.01.03.03.01	ISS a pagar	1.142	854
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	406.499	417.464
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	234.108	233.924
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	217.488	216.411
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	16.620	17.513
2.01.04.02	Debêntures	172.391	183.540
2.01.05	Outras Obrigações	144.622	370.519
2.01.05.02	Outros	144.622	370.519
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.486	221.025
2.01.05.02.04	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	20.593	19.390
2.01.05.02.05	Concessões a pagar	48.178	45.688
2.01.05.02.06	Outras obrigações	68.365	84.416
2.01.06	Provisões	45.868	44.660
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.823	8.615
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.208	3.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	5.615	5.615
2.01.06.02	Outras Provisões	36.045	36.045
2.01.06.02.04	Benefícios pós-emprego	36.045	36.045
2.02	Passivo Não Circulante	4.995.473	5.105.607
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.013.998	3.231.736
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.859.625	2.923.882
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.657.237	2.729.189
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	202.388	194.693
2.02.01.02	Debêntures	154.373	307.854
2.02.02	Outras Obrigações	1.339.046	1.273.777
2.02.02.02	Outros	1.339.046	1.273.777
2.02.02.02.03	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	42.299	38.959
2.02.02.02.04	Concessões a pagar	1.288.894	1.220.264
2.02.02.02.05	Outras obrigações	7.853	14.554

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.03	Tributos Diferidos	212.693	166.539
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	212.693	166.539
2.02.04	Provisões	429.736	433.555
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	146.730	132.591
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.271	17.869
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.200	7.996
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	122.259	106.726
2.02.04.02	Outras Provisões	283.006	300.964
2.02.04.02.04	Benefícios pós-emprego	283.006	300.964
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.606.790	5.450.258
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.753.726	2.262.157
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.229.380	1.229.380
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35.193	26.282
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	517.342
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	693.759	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	619.298	648.363
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.546	2.277

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.194.372	2.347.839	1.057.843	2.079.972
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-508.254	-1.037.233	-448.884	-863.242
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-166.164	-338.600	-110.590	-215.816
3.02.02	Transações no âmbito da CCEE	-1.724	-19.824	-6.770	-20.952
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-78.428	-162.901	-66.922	-133.208
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-255.513	-503.415	-258.811	-482.469
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.425	-12.493	-5.791	-10.797
3.03	Resultado Bruto	686.118	1.310.606	608.959	1.216.730
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-45.340	-89.555	-4.117	-38.027
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.710	-8.613	-3.748	-8.604
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.252	-79.582	-44.603	-82.906
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.770	0	44.234	53.483
3.04.04.01	Reversão de provisão operacional, líquida	1.770	0	28.745	38.743
3.04.04.02	Outras	0	0	15.489	14.740
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.148	-1.360	0	0
3.04.05.01	Constituição de provisão operacional, líquida	0	-693	0	0
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-1.148	-667	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	640.778	1.221.051	604.842	1.178.703
3.06	Resultado Financeiro	-127.095	-212.860	-79.376	-187.788
3.06.01	Receitas Financeiras	24.068	47.371	22.561	62.246
3.06.02	Despesas Financeiras	-151.163	-260.231	-101.937	-250.034
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	513.683	1.008.191	525.466	990.915
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-169.331	-334.317	-166.692	-325.187
3.08.01	Corrente	-115.120	-283.735	-166.573	-329.238
3.08.02	Diferido	-54.211	-50.582	-119	4.051
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	344.352	673.874	358.774	665.728
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	344.352	673.874	358.774	665.728

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	344.226	673.605	358.774	665.728
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	126	269	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,52755	1,03237	0,54964	1,01989
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,52755	1,03237	0,54964	1,01989

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui resultados abrangentes.

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	887.854	812.305
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.520.439	1.417.537
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	1.008.191	990.915
6.01.01.02	Depreciação e amortização	273.189	239.311
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	56.925	54.674
6.01.01.04	Juros	180.292	168.218
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquidas	1.411	-36.281
6.01.01.06	Outros	431	700
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-632.585	-605.232
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-22.157	7.366
6.01.02.02	Reembolso de aquisição de combustível	3.728	-46.609
6.01.02.03	Tributos a recuperar	222	1.158
6.01.02.04	Estoques	-4.073	2.786
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados e judiciais	29.314	109.091
6.01.02.06	Ativo não corrente à venda	0	23.057
6.01.02.07	Fornecedores	18.720	1.880
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-480.633	-488.649
6.01.02.09	Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-150.577	-158.932
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	-14.662	-20.284
6.01.02.11	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	4.543	-2.713
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	-14.473	-24.219
6.01.02.13	Outros	-2.537	-9.164
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-175.938	-185.750
6.02.01	Aplicação no imobilizado	-173.961	-182.669
6.02.02	Aplicação no intangível	-1.977	-3.081
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.010.781	-1.166.641
6.03.01	Financiamentos	17.442	54.007
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-264.726	-857.976
6.03.03	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-730.880	-345.965
6.03.04	Pagamento de concessões a pagar	-23.815	-20.948
6.03.05	Cauções e depósitos vinculados	-8.802	4.241
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-298.865	-540.086
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	781.808	1.082.580
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	482.943	542.494

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981	2.277	5.450.258
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981	2.277	5.450.258
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-517.342	0	0	-517.342	0	-517.342
5.04.06	Dividendos	0	0	-517.342	0	0	-517.342	0	-517.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	673.605	0	673.605	269	673.874
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	673.605	0	673.605	269	673.874
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.911	20.154	-29.065	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	8.911	-8.911	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	0	0	0	29.065	-29.065	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.753.726	693.759	619.298	5.604.244	2.546	5.606.790

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-158.270	0	0	-158.270	0	-158.270
5.04.06	Dividendos	0	0	-158.270	0	0	-158.270	0	-158.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	665.728	0	665.728	0	665.728
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	665.728	0	665.728	0	665.728
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.865	25.573	-28.438	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado	0	0	0	28.438	-28.438	0	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	2.865	-2.865	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.671.628	691.301	679.752	5.580.142	0	5.580.142

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/06/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	2.791.125	2.562.480
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.630.477	2.334.189
7.01.02	Outras Receitas	-667	14.740
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	161.587	219.731
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-272	-6.180
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-811.133	-640.197
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-387.554	-286.526
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-99.740	-88.322
7.02.04	Outros	-323.839	-265.349
7.02.04.01	Gastos na construção de Usinas	-137.331	-163.232
7.02.04.02	Reversão de provisões operacionais, líquida	-421	44.923
7.02.04.03	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-162.901	-133.208
7.02.04.04	Outros	-23.186	-13.832
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.979.992	1.922.283
7.04	Retenções	-273.189	-239.311
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-273.189	-239.311
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.706.803	1.682.972
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	47.371	62.246
7.06.02	Receitas Financeiras	47.371	62.246
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.754.174	1.745.218
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.754.174	1.745.218
7.08.01	Pessoal	102.718	89.502
7.08.01.01	Remuneração Direta	65.780	57.463
7.08.01.02	Benefícios	21.540	17.834
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.040	4.562
7.08.01.04	Outros	10.358	9.643
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	618.313	579.488
7.08.02.01	Federais	574.655	526.672
7.08.02.02	Estaduais	42.477	51.543
7.08.02.03	Municipais	1.181	1.273
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	198.056	222.411
7.08.03.01	Juros	151.886	149.384
7.08.03.02	Aluguéis	7.070	8.082
7.08.03.03	Outras	39.100	64.945
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	23.265	56.499
7.08.03.03.02	Outros	15.835	8.446
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	673.874	665.728
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	673.605	665.728
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	269	0
7.08.05	Outros	161.213	188.089
7.08.05.01	Encargos setoriais	69.793	96.827
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	90.429	91.262
7.08.05.03	Encargos sobre concessões capitalizados	991	0

Comentário do Desempenho

Receita Líquida de Vendas

No 2T12, a receita líquida de vendas apresentou um crescimento de 12,9%, ou R\$ 136,5 milhões, quando comparada àquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 1.057,8 milhões para R\$ 1.194,3 milhões. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram os seguintes: (i) R\$ 100,2 milhões – aumento decorrente das transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (ii) R\$ 77,1 milhões - elevação do preço médio líquido de venda; (iii) R\$ 14,8 milhões - crescimento do volume de venda de energia; e (iv) R\$ 56,3 milhões - redução da receita pelo fato de a Companhia não ter sido demandada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para exportar energia nesse trimestre.

A elevação da receita em razão da entrada em operação comercial, até o final do trimestre em análise, de mais cinco unidades geradoras da UHE Estreito, no valor de R\$ 73,7 milhões, incluindo R\$ 6,9 milhões do resultado de operações realizadas na CCEE, está incluída nos respectivos itens acima descritos.

- **Preço médio líquido de venda**

O preço médio de venda de energia, excluídos os impostos e as contribuições, e desconsiderando a exportação, foi de R\$ 131,78/MWh no 2T12, 8,6% acima do apurado no mesmo trimestre de 2011, cujo valor foi de R\$ 121,30/MWh.

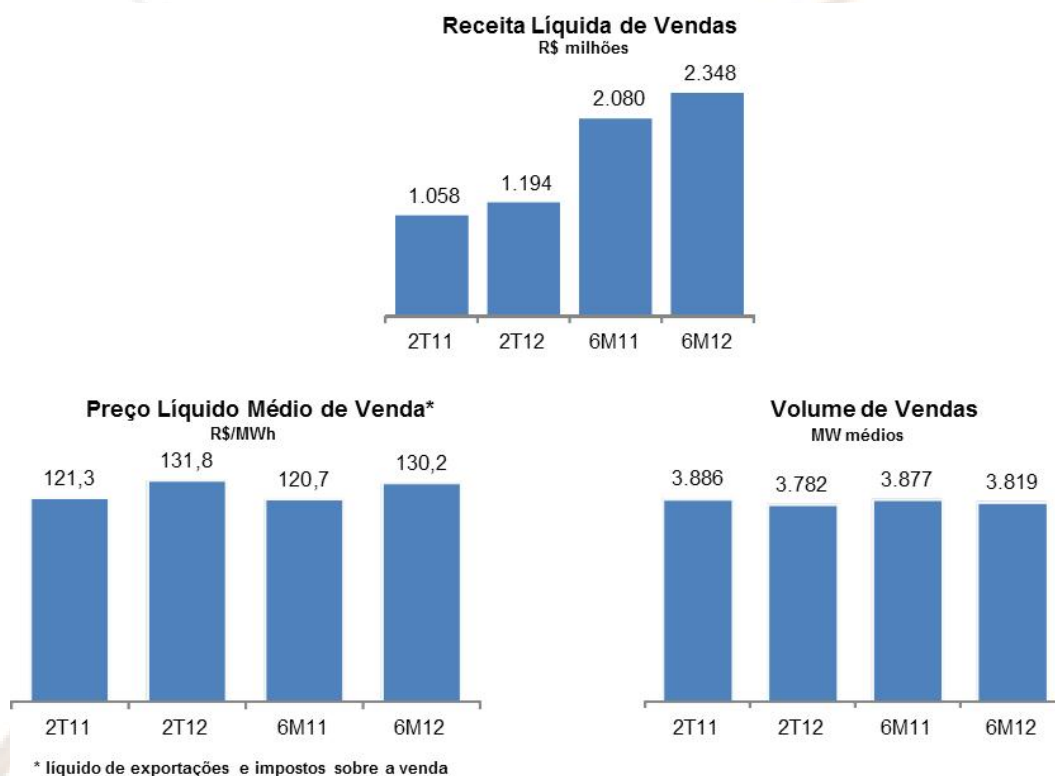
- **Volume de vendas**

Desconsiderando-se a exportação de energia de 303 GWh (138 MW médios) no segundo trimestre de 2011, a quantidade de energia vendida passou de 8.185 GWh (3.747 MW médios) no 2T11 para 8.260 GWh (3.782 MW médios) no 2T12, crescimento de 0,9%, ou 74 GWh (34 MW médios), entre os períodos analisados. Essa variação decorreu da associação dos seguintes principais fatores: (i) evolução de 245 GWh (112 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras; (ii) redução de 98 GWh (45 MW médios) nas vendas para comercializadoras; e (iii) queda de 73 GWh (33 MW médios) da energia vendida para consumidores livres. No trimestre em análise, alguns contratos de venda para clientes livres foram transferidos para comercializadoras do mesmo grupo econômico do cliente.

Considerando-se a exportação realizada no 2T11, houve redução na venda de energia de 2,7%, ou 228 GWh (104 GW médios), entre os trimestres comparados.

Comentário do Desempenho

Em razão do início da operação comercial de mais cinco unidades geradoras da UHE Estreito, a venda da energia gerada pela Usina passou de 75 GWh (34 MW médios) no 2T11 para 544 GWh (249 MW médios) no 2T12, ou seja, um acréscimo de 469 GWh (215 MW médios).



Comentários sobre as variações da receita líquida de vendas, por natureza de conta

a) Suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia - aquela originária da venda a distribuidoras e comercializadoras - alcançou R\$ 807,5 milhões no 2T12 ante os R\$ 717,5 milhões registrados no mesmo trimestre de 2011, ou seja, um crescimento de 12,5% entre os períodos comparados. Os seguintes fatores contribuíram para esse aumento: (i) R\$ 47,4 milhões - elevação de 7,7% no preço médio líquido de venda para distribuidoras; (ii) R\$ 19,6 milhões - ampliação de 17,3% no preço líquido da energia vendida para as comercializadoras; (iii) R\$ 33,8 milhões - aumento de 245 GWh (112 MW médios) na quantidade de energia vendida para distribuidoras; e (iv) R\$ 10,8 milhões - redução de 98 GWh (45 MW médios) no volume de energia vendida para comercializadoras. O crescimento das vendas para distribuidoras em decorrência do início da operação comercial da UHE Estreito, no montante de R\$ 66,8 milhões, equivalente a 469 GWh (215 MW médios), está contemplado nos respectivos itens acima mencionados.

Comentário do Desempenho

b) Fornecimento de energia elétrica

A receita de fornecimento de energia - aquela decorrente das vendas a consumidores livres - aumentou em 0,7% entre os trimestres em análise, passando de R\$ 279,0 milhões no 2T11 para R\$ 280,9 milhões no mesmo período de 2012. A variação decorreu da combinação dos seguintes eventos: (i) R\$ 10,0 milhões - elevação de 3,7% no preço médio líquido de venda; e (ii) R\$ 8,1 milhões - queda de 73 GWh (33 MW médios) na quantidade de energia vendida.

c) Transações no âmbito da CCEE

No 2T12, a receita auferida na CCEE foi de R\$ 101,6 milhões enquanto que no mesmo trimestre do ano anterior foi de R\$ 1,4 milhão, representando uma evolução de R\$ 100,2 milhões. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item "Detalhamento das operações na CCEE".

d) Exportação de energia elétrica

A Companhia não foi demandada pelo ONS para exportar energia no 2T12, enquanto que no mesmo período do ano anterior a exportação foi de R\$ 56,3 milhões. Cabe considerar que o volume de exportação de energia de cada usina do Sistema Elétrico Brasileiro é definido pelo ONS com base na disponibilidade das usinas e levando-se em consideração os menores custos declarados das mesmas.

Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços foram ampliados em 13,2%, ou R\$ 59,4 milhões, passando de R\$ 448,9 milhões no 2T11 para R\$ 508,3 milhões no trimestre em análise. Esse avanço decorreu, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- a) **Energia elétrica comprada para revenda:** incremento de R\$ 55,6 milhões, equivalentes a 382 GWh (175 MW médios) no 2T12 ante o mesmo trimestre de 2011, motivado pelo plano da Companhia de comprar energia de curto e médio prazo para a criação de novos produtos para fornecimento no período de três, quatro e cinco anos e, em menor proporção, pelo reajuste anual de preços dos contratos existentes.
- b) **Transações no âmbito da CCEE:** entre os trimestres em análise, houve diminuição desses custos em R\$ 5,0 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

Comentário do Desempenho

- c) **Combustíveis para produção de energia elétrica:** redução de R\$ 19,7 milhões em decorrência, substancialmente, da combinação dos seguintes eventos: (i) R\$ 29,8 milhões – redução do consumo de carvão mineral próprio não necessário no trimestre em análise, uma vez que não houve demanda por exportação de energia; e (ii) R\$ 7,5 milhões – acréscimo no consumo de gás natural em virtude do despacho da Usina Termelétrica William Arjona, no mês de abril de 2012, para segurança energética do sistema.
- d) **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** aumento de R\$ 11,5 milhões no trimestre em análise ante o 2T11, refletindo, principalmente: (i) o reajuste anual da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); e (ii) a cobrança da TUST decorrente da entrada em operação comercial das novas unidades geradoras da UHE Estreito.
- e) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** queda de R\$ 15,8 milhões entre os trimestres comparados, resultado, da combinação dos seguintes acontecimentos: (i) menor geração hidrelétrica em virtude da estiagem que atingiu a Região Sul do Brasil, onde está instalada parte do parque gerador da Companhia; (ii) reajuste tarifário anual; e (iii) cobrança dos royalties decorrente do início da operação das novas unidades da UHE Estreito.
- f) **Pessoal:** aumento de R\$ 3,4 milhões no 2T12 ante o mesmo trimestre de 2011, em razão, substancialmente, da conjunção do seguinte: (i) ampliação do quadro de pessoal, em consonância com o crescimento dos negócios da Companhia; e (ii) reajuste anual da remuneração dos empregados.
- g) **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R\$ 7,7 milhões entre os trimestres analisados em função basicamente da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia e, em menor proporção, por serviços de consultorias ambientais e de engenharia.
- h) **Depreciação e amortização:** ampliação de R\$ 19,2 milhões no trimestre em análise em relação ao 2T11, em razão especialmente da entrada em operação das novas unidades da UHE Estreito.

Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado “risco de submercado”; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

No 2T12, a Companhia obteve um resultado líquido positivo - diferença entre receitas e despesas, deduzidas dos impostos e contribuições incidentes sobre as mesmas - decorrente das transações realizadas no âmbito da CCEE, no valor de R\$ 99,9 milhões ante o resultado líquido negativo de R\$ 5,4 milhões apurados no 2T11, ou seja, evolução do resultado no montante de R\$ 105,3 milhões entre os períodos comparados.

Essa melhora no resultado, passando de despesa para receita entre os trimestres em análise, decorreu em especial da combinação dos seguintes fatores: (i) acréscimo da posição vendedora na CCEE; (ii) ampliação dos efeitos da exposição termelétrica, ainda que o seu volume tenha sido inferior ao do 2T11; (iii) aumento da receita derivada da energia secundária (energia que é auferida quando a geração hidrelétrica do sistema é superior à sua energia assegurada), mesmo tendo ocorrido uma redução de sua quantidade em relação ao 2T11; e (iv) impacto negativo no MRE em consequência do menor volume de geração hidrelétrica causado pela estiagem na Região Sul.

Cabe considerar que o expressivo aumento do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passou de R\$ 20,45/MWh no 2T11 para R\$ 164,55/MWh no 2T12, contribuiu para a ampliação dos efeitos positivos da posição vendedora na CCEE e da energia secundária e, em menor proporção, os efeitos negativos da exposição termelétrica.

Comentário do Desempenho

Despesas Gerais e Administrativas

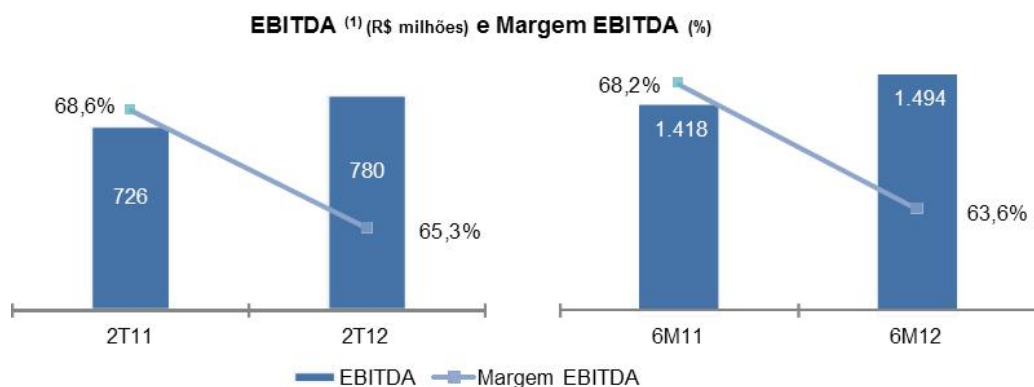
As despesas gerais e administrativas foram reduzidas em R\$ 3,3 milhões, ou 7,5%, entre os períodos comparados, passando de R\$ 44,6 milhões no 2T11 para R\$ 41,3 milhões no trimestre em análise. Essa variação decorreu, essencialmente, das reduções ocorridas (i) nas contribuições ao plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia; (ii) nas despesas com aluguéis; e (iii) nas doações incentivadas.

Constituições e reversões de provisões operacionais, líquidas

Nos trimestres em análise, as reversões excederam as provisões, passando de R\$ 28,7 milhões para R\$ 1,8 milhão. Os principais motivos para a variação foram os seguintes: (i) decréscimo de R\$ 19,9 milhões na reversão da provisão para pagamento de benefícios pós-emprego, em função do menor ganho atuarial reconhecido no 2T12; e (ii) queda de R\$ 6,4 milhões na reversão de determinadas provisões para contingências cíveis.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA no 2T12 alcançou R\$ 779,9 milhões, 7,5% acima do apurado no 2T11, que foi de R\$ 725,5 milhões. A margem EBITDA atingiu 65,3%, ante os 68,6% verificados no mesmo período do ano anterior. A queda da margem é derivada, principalmente, do aumento das operações de compra e venda de energia, cujas margens são inferiores às praticadas em vendas da energia gerada pela Companhia em operações de médio e longo prazos.



(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R\$ mil)	2T12	2T11	Var. %	6M12	6M11	Var. %
Resultado Operacional	513.683	525.466	-2,2	1.008.191	990.915	1,7
(+/-) Resultado Financeiro	127.095	79.376	60,1	212.860	187.788	13,4
(+) Depreciação e Amortização	139.101	120.680	15,3	273.189	239.311	14,2
EBITDA	779.879	725.522	7,5	1.494.240	1.418.014	5,4

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Receitas financeiras: no 2T12, essas receitas atingiram R\$ 24,1 milhões, R\$ 1,5 milhão, ou 6,7%, acima dos R\$ 22,6 milhões obtidos no mesmo trimestre de 2011. Esse aumento decorreu basicamente da atualização de créditos tributários da Companhia.

Despesas financeiras: aumento de R\$ 49,2 milhões entre os trimestres comparados, passando de R\$ 101,9 milhões no 2T11 para R\$ 151,1 milhões no 2T12. Essa variação resultou da associação dos seguintes principais fatores: (i) R\$ 25,7 milhões – efeito negativo da variação cambial em razão da depreciação do real ante o dólar norte americano e ao euro; (ii) R\$ 10,8 milhões - acréscimo da variação monetária em consequência da maior variação do IGP-M; (iii) R\$ 10,7 milhões - ampliação dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, em decorrência, principalmente, da elevação dos juros sobre o financiamento da UHE Estreito - que deixam de ser capitalizados e passam a ser reconhecidos na despesa financeira na medida em que as unidades geradoras vão iniciando sua operação comercial - combinado com a redução de juros em função das amortizações de dívidas entre os trimestres comparados; e (iv) R\$ 3,6 milhões - crescimento dos juros sobre as concessões a pagar.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL no 2T12 foram de R\$ 169,3 milhões, valor superior em R\$ 2,6 milhões ao do 2T11, que foi de R\$ 166,7 milhões. Essas despesas representaram 32,9% e 31,7%, respectivamente, do resultado antes dos tributos no 2T12 e 2T11.

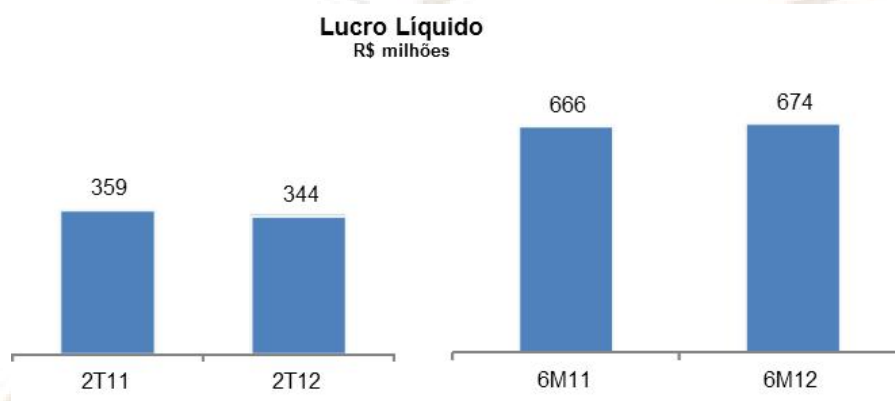
Resultado do Serviço (Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos sobre o Lucro)

Traduzindo os impactos retro mencionados, o resultado do serviço passou de R\$ 604,8 milhões no 2T11 para 640,8 milhões no trimestre em análise, uma elevação de R\$ 36,0 milhões, ou 5,9%, entre os períodos comparados. Essa evolução resultou principalmente da combinação dos seguintes aspectos já considerados ao longo deste relatório: (i) elevação dos preços médios líquidos de venda; (ii) resultado decorrente do início da operação comercial das novas unidades geradoras da UHE Estreito; (iii) incremento do resultado positivo obtido nas transações realizadas no âmbito da CCEE; (iv) aumento do volume de transações de compra de energia para revenda; e (v) menor impacto positivo no resultado de reversões de provisões operacionais entre os trimestres analisados.

Comentário do Desempenho

Lucro Líquido

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o lucro líquido do 2T12 alcançou R\$ 344,4 milhões, 4,0%, ou R\$ 14,4 milhões, inferior aos R\$ 358,8 milhões apresentados no mesmo trimestre do ano anterior. A variação no lucro líquido decorreu essencialmente da combinação dos fatores mencionados anteriormente no item “Resultado do serviço”, com a elevação das despesas financeiras, consequência da depreciação do real ante o dólar e ao euro e da elevação dos índices de inflação que incidem sobre as dívidas da Companhia.



TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.06.2012

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1. – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. (“Companhia” ou “Tractebel Energia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (SC). A atividade operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil sob o controle da International Power S.A. (atual denominação da SUEZ-Tractebel S.A.) com sede na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, é controlada pela International Power PLC (IPR), empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo GDF SUEZ, sediado na França.

A Companhia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por cerca de 6% ¹ da capacidade instalada do país. Sua capacidade instalada em 30.06.2012, incluindo as participações em consórcios e após o início da operação comercial de seis das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), é de 6.798,7 MW. Desse total, 80,2% são oriundas de fontes hidrelétricas, 17,4% de termelétricas e 2,4% de energias complementares: Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), eólicas e movidas à biomassa. A energia assegurada para comercialização das usinas da Companhia, em 30.06.2012, após a entrada em operação da UHE Estreito, é de 3.791,4 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto pelas seguintes fontes geradoras de energia: nove hidrelétricas, seis termelétricas², três PCH, duas eólicas e duas movidas à biomassa.

A relação das controladas diretas e em conjunto, sejam operacionais ou em construção, está apresentada na Nota 9 - Investimentos.

As informações trimestrais da Companhia consideram somente um segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada ou adquirida por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento concentra 99,7% da Receita Líquida de Vendas da Companhia nos períodos findos em 30.06.2012 e 30.06.2011. A Companhia administra tais atividades como um único segmento de negócio.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros não são examinadas pelos auditores independentes.

² O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

Os principais eventos relacionados com a atividade operacional da Companhia, ocorridos no segundo trimestre de 2012, estão sumarizados a seguir:

a) Início da operação comercial da 6ª unidade geradora da UHE Estreito

A 6ª unidade geradora da UHE Estreito iniciou a operação comercial em 29.05.2012. Esta unidade tem potência instalada total de 135,87 MW e energia assegurada para comercialização de 46,17 MW médios, dos quais a Companhia participa com 54,44 MW e 18,50 MW médios, respectivamente, correspondentes à sua participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste). Desta forma, a UHE Estreito atingiu 815,27 MW, ou 75%, de sua capacidade instalada e 592,40 MW médios, ou 92,4%, de sua energia assegurada total.

A instalação das duas últimas unidades geradoras remanescentes está prevista para ocorrer no 2º semestre de 2012.

b) Compromisso contratual (*covenant*) da 2ª emissão de debêntures da Tractebel Energia

Em 10.05.2012 a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª emissão aprovou a elevação do *covenant* de 2,5 vezes para 3,5 vezes sobre a relação: dívida bruta sobre EBITDA, mediante o pagamento de prêmio de R\$ 1.076. Informações adicionais sobre a alteração estão contidas na Nota 15 – Debêntures.

c) Compra de ações da International Power PLC pela GDF SUEZ S.A.

Em 29.03.2012 a GDF SUEZ havia divulgado comunicado ao mercado contendo uma proposta indicativa de compra de ações da International Power PLC pelo valor de 390 centavos de libra esterlina, valor que em 16.04.2012 foi revisado para 418 centavos de libra esterlina por ação e aprovado por unanimidade no conselho de administração da International Power PLC.

A transação obedeceu ao “Regime de Aquisição” (“*Scheme of Arrangement*”) nos termos do quadro regulatório do Reino Unido, tendo a assembleia geral de acionistas da International Power PLC aprovado, no mês de junho, a aquisição por parte da GDF SUEZ da participação minoritária de 30% da Companhia. Essa aprovação contou com o apoio de 99% dos acionistas minoritários da International Power PLC.

Em 29.06.2012 a transação foi aprovada pelas autoridades britânicas, possibilitando à GDF SUEZ deter 99,99% do capital social da International Power PLC. Esta operação não constituiu alienação de controle em relação à Tractebel Energia, a qual continua sendo uma subsidiária indireta da GDF SUEZ.

d) Pagamento de dividendos complementares

Os dividendos complementares relativos ao exercício de 2011, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 21.03.2012, no montante total de R\$ 517.342, correspondentes a R\$ 0,7925669420 por ação, foram pagos em duas parcelas iguais, a partir de 15.05.2012 e 29.06.2012, respectivamente.

2. – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As informações trimestrais individuais da Tractebel Energia, identificadas como “Controladora”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Tractebel Energia somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

As referidas informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido nas normas.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

Exceto quanto ao mencionado nos dois parágrafos seguintes, as políticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2011.

No presente trimestre a Companhia passou a apresentar as obrigações fiscais correntes e os tributos diferidos passivos líquidos dos ativos, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há a intensão da administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. De modo a manter a comparação entre os balanços apresentados, os montantes de R\$ 85.429 (R\$ 86.498 no consolidado) e R\$ 238.935 (R\$ 240.607 no consolidado), inicialmente registrados no balanço patrimonial de 31.12.2011, nas contas de tributos a recuperar e tributos diferidos ativos, respectivamente, foram reclassificados para as contas de obrigações fiscais e tributos diferidos passivos.

Ainda neste trimestre, a Companhia passou a calcular a sua depreciação de acordo com as novas taxas estabelecidas pela Aneel, reconhecendo os efeitos retroativos a 01.01.2012, conforme requerido pela referida Resolução da Aneel. A adoção dessas taxas resultará em uma redução da depreciação anual sobre os ativos da Companhia de aproximadamente R\$ 2.460.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2011 e das informações trimestrais de 30.06.2011, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 30.06.2012. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada no demonstrativo padrão da CVM para a apresentação da referida transação.

As informações trimestrais ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 26.07.2012.

Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Os pronunciamentos contábeis e a interpretações técnicas, revisados ou emitidos até 31.12.2011 estão mencionadas nas demonstrações contábeis daquele exercício e não foram repetidas nessas informações trimestrais por não terem sofrido qualquer alteração. As principais revisões e/ou alterações ocorridas no primeiro semestre estão destacadas a seguir.

IFRS 1 – Empréstimos Governamentais

Em março de 2012 o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1, a qual adiciona uma exceção à aplicação retrospectiva das normas internacionais, que requer que a aplicação dos requerimentos do IFRS 9 – *Financial Instruments* e IAS 20 - *Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance* seja prospectiva para os empréstimos governamentais existentes na data de transição às normas internacionais. As alterações do IFRS serão efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A revisão da referida interpretação não se aplica à Companhia.

Revisão anual ciclo 2009-2011

Em maio de 2012 o IASB emitiu uma revisão das seguintes normas: IFRS 1 – *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*, IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*, IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*, IAS 32 – *Financial Instruments: Presentation* e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*. O processo de revisão anual é um veículo utilizado para efetuar alterações não urgentes, mas necessárias aos pronunciamentos emitidos. As modificações devem ser aplicadas retrospectivamente aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A companhia entende que as alterações das normas representam pequenas revisões de texto e esclarecimentos, sem alterar substancialmente os pronunciamentos, e que não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstrações Contábeis Consolidadas, Acordos com controle compartilhado e Divulgação de participações em outras entidades (Guia de transição das normas IFRS 10, 11 e 12)

Em junho de 2012 o IASB emitiu uma revisão do IFRS 10 – *Consolidated Financial Statements* esclarecendo a intenção do IASB na primeira emissão do guia de transição do IFRS 10. Nessa revisão o IASB explica que a data inicial de aplicação do IFRS 10 significa “o início do período de divulgação anual em que o IFRS 10 é aplicável pela primeira vez”. A revisão também esclarece como a entidade deve ajustar o período comparativo retrospectivamente, se a data de obtenção de controle de acordo com o IFRS 10 for posterior à aplicação do IAS 27.

O IASB também revisou o IFRS 11 – *Joint Arrangements* e o IFRS 12 – *Disclosure of Interests in Other Entities* com o intuito de dispensar a apresentação ou ajuste das informações comparativas para períodos anteriores ao período imediatamente precedente. O IFRS 12 também foi revisado, eliminando o requerimento de apresentação de informações comparativas para as divulgações relacionadas a entidades não consolidadas em quaisquer períodos anteriores ao primeiro período anual em que o IFRS 12 é aplicável. As alterações das normas IFRS são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação da referida revisão.

3. – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Caixa e depósitos bancários à vista	1.246	960	4.530	5.274
Aplicações financeiras				
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais ³				
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	21.334	563.011	40.266	735.639
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	209.177	-	394.789	-
	230.511	563.011	435.055	735.639
Instituições Financeiras ⁴				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.948	3.148	6.930	18.559
Operações compromissadas com debêntures	-	-	36.428	22.336
	2.948	3.148	43.358	40.895
Total das aplicações financeiras	233.459	566.159	478.413	776.534
	234.705	567.119	482.943	781.808

A Companhia estruturou suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

³ São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

⁴ Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco do Brasil, Votorantim e Bradesco.

4. – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Concessionárias	236.980	247.788	338.304	319.930
Comercializadoras	114.277	124.038	59.372	51.395
Consumidores livres	20.513	21.836	158.942	151.841
Exportação	740	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE				
- Correntes	5.404	19.879	11.750	21.758
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	503.153	539.520	694.347	670.903
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(128.617)	(128.617)	(129.026)	(128.754)
	374.536	410.903	565.321	542.149

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias a partir do primeiro dia do mês subsequente ao fornecimento.

b) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Até 30 dias	169	9.397	4.808	10.475
De 61 a 90 dias	455	-	1.151	-
Mais de 91 dias	153.086	132.022	137.171	132.442
	153.710	141.419	143.130	142.917

A Companhia possui valores a receber de sua controlada, Companhia Energética Estreito (CEE), no montante de R\$ 18.960, vencidas há mais de 90 dias. A previsão é de que estes valores sejam liquidados ao longo do segundo semestre de 2012.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Composição:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Comercializadora	6.043	6.043	6.452	6.180
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.574	122.574	122.574	122.574
	128.617	128.617	129.026	128.754

Em fevereiro de 2012, determinada distribuidora participante do Sistema Interligado Nacional entrou com pedido de recuperação judicial. Os valores a receber habilitados pela Companhia neste processo foram de R\$ 7.560. O administrador do processo já foi nomeado e o plano de recuperação está sendo preparado para deliberação pela Assembleia Geral de Credores. A expectativa da Companhia é de que os credores fornecedores de energia não sejam significativamente afetados, entretanto, está aguardando a conclusão e aprovação do referido plano para avaliar eventual necessidade de constituir alguma provisão para perda na recuperação do crédito.

5. – TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Circulante				
PIS ⁵ e Cofins ⁶	-	-	61.218	60.698
ICMS ⁷	-	-	205	146
Imposto de renda e contribuição social	-	-	5.102	1.463
INSS ⁸	-	1.987	-	1.987
	-	1.987	66.525	64.294
Não circulante				
PIS e Cofins	2.649	4.639	116.975	137.832
ICMS	13.922	11.460	16.841	14.413
Imposto de renda e contribuição social	-	-	6.872	9.756
INSS	-	-	6	6
	16.571	16.099	140.694	162.007

Os saldos de PIS e Cofins no consolidado referem-se, substancialmente, a créditos advindos de aquisições de máquinas e equipamentos e construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

6. – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Circulante			
Conta reserva - Transações CCEE	32.159	2.923	38.923
Conta reserva - Serviços da dívida	-	2.104	-
	32.159	5.027	38.923
Não circulante			
Conta reserva - serviços da dívida	-	101.401	90.567

⁵ Programa de Integração Social

⁶ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

⁷ Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

⁸ Instituto Nacional do Seguro Social

O saldo da “Conta reserva para transações na CCEE” leva em consideração a maior ou a menor exposição, da Companhia e de suas controladas, em transações no âmbito da CCEE. Esta exposição é utilizada como base para a definição do montante da reserva financeira utilizada para garantir tais transações. Já o saldo da “Conta reserva dos serviços da dívida” visa à garantia dos serviços de dívida com os bancos financiadores. Os recursos das contas reservas estão aplicados em fundos de investimentos ou em CDB.

7. – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber a Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. O saldo de R\$ 86.866 corresponde ao valor presente das parcelas que a Companhia tinha a receber em julho de 2009, mês que a Companhia iniciou um processo de execução judicial do contrato, em razão da Eleja ter suspenso o pagamento das parcelas mensais devidas a partir de fevereiro de 2009.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, dados em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados foi de R\$ 116.492.

A Companhia ainda aguarda o deferimento, pelo Juiz, do pedido da transferência de propriedade dos bens penhorados e já avaliados para que possa definir quais serão alienados e quais permanecerão na Companhia.

O valor nominal, em 30.06.2012, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o IGP-DI, totaliza R\$ 120.653 (R\$ 116.172 em 31.12.2011). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, no primeiro trimestre, a solicitar um reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

A Companhia está aguardando o desfecho do trâmite judicial para avaliar a necessidade do ajuste dos valores a receber registrados.

8. – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Tributários	90.154	91.202	90.612	91.652
Cíveis	14.438	9.727	23.435	10.725
Trabalhistas	3.790	3.130	4.112	3.455
	108.382	104.059	118.159	105.832

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas. Do montante registrado em 30.06.2012, na controladora e no consolidado, R\$ 45.286 (R\$ 40.627 em 31.12.2011) estão diretamente relacionados às provisões de risco prováveis demonstradas na Nota 17 – Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Conforme mencionado na Nota 31 – Eventos subsequentes, a Companhia recebeu, em 12.07.2012, o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 42.782, em 30.06.2012, relativos ao processo de PIS e Cofins sobre preço predeterminado no âmbito da Instrução Normativa (IN) 658/06 da Receita Federal do Brasil.

9. – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)	
	30.06.2012	31.12.2011
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.573.837	2.433.138
Ágio/Direito de concessão	116.312	117.974
	2.690.149	2.551.112

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Informações financeiras das controladas

	Itasa ⁹	CEE ¹⁰	CESS ¹¹	Lages ¹²	TBLC ¹³	TBLP ¹⁴
Participação (%)	48,75%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
31.12.2011						
Ativo total	801.335	2.554.938	1.363.537	66.754	350.800	959.951
Patrimônio líquido	638.523	915.408	360.775	59.198	168.254	618.221
30.06.2012						
Ativo total	818.931	2.633.512	1.343.121	64.559	354.827	1.016.878
Patrimônio líquido	670.728	963.495	372.542	60.710	163.014	687.094
2º trimestre de 2012						
Receita líquida	63.762	84.311	53.807	9.847	494.866	28.498
Lucro líquido	23.210	11.366	6.285	904	51.038	3.639
1º semestre de 2012						
Receita líquida	127.178	165.480	108.257	19.716	928.282	55.037
Lucro líquido	45.245	23.634	11.767	1.512	64.760	8.212

⁹ Itá Energética S.A.

¹⁰ Companhia Energética Estreito

¹¹ Companhia Energética São Salvador

¹² Lages Bioenergética Ltda.

¹³ Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

¹⁴ Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

b.2) Movimentação dos investimentos

	Itasa	CEE	CESS	Lages	TBLC	TBLP	Outras	Total
Saldo em 31.12.2011	311.281	915.408	360.775	59.198	168.254	618.221	1	2.433.138
AFAC ¹⁵	-	22.000	-	-	-	31.722	-	53.722
Equivalência patrimonial	10.742	12.268	5.482	608	13.722	4.573	-	47.395
Dividendos	-	(10.547)	-	-	(40.000)	-	-	(50.547)
Saldo em 31.03.2012	322.023	939.129	366.257	59.806	141.976	654.516	1	2.483.708
AFAC	-	13.000	-	-	-	28.939	-	41.939
Equivalência patrimonial	11.315	11.366	6.285	904	51.038	3.639	-	84.547
Dividendos	(6.357)	-	-	-	(30.000)	-	-	(36.357)
Saldo em 30.06.2012	326.981	963.495	372.542	60.710	163.014	687.094	1	2.573.837

Projetos de geração de energia eólica em implantação

A Companhia está construindo quatro parques de geração de energia eólica, localizados no Estado do Ceará (Mundaú, Guajiru, Fleixeiras I e Trairi), com capacidade de geração para comercialização de 58,22 MW médios e investimentos previstos de R\$ 476.060. Para a construção dos parques a Companhia tem contrato de financiamento do BNDES no valor de R\$ 358.000, conforme mencionado na Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos. A Companhia está vendendo a energia a ser gerada por estas usinas no Ambiente de Comercialização Livre (ACL). A Companhia tem a expectativa de concluir a construção do empreendimento no primeiro trimestre de 2013.

c) Ágio/direito de concessão – Controladora

Controladas	CEE	CESS	Total
Saldo em 31.12.2011	85.872	32.102	117.974
Amortização	(445)	(316)	(761)
Saldo em 31.03.2012	85.427	31.786	117.213
Amortização	(585)	(316)	(901)
Saldo em 30.06.2012	84.842	31.470	116.312

Os ágios/direito de concessão pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica. Esses valores estão sendo amortizados no prazo do contrato de concessão, em função de sua via útil definida, uma vez que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

¹⁵ Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

10. –IMOBILIZADO

a) Composição

Controladora (BRGAAP)					
	Taxa média de depreciação %	30.06.2012			31.12.2011
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,7	4.404.463	(2.183.817)	2.220.646	2.283.077
Edificações e benfeitorias	3,2	1.278.861	(716.908)	561.953	580.294
Máquinas e equipamentos	4,1	5.535.370	(3.481.687)	2.053.683	2.111.418
Veículos	14,2	1.735	(1.228)	507	496
Móveis e utensílios	6,2	8.280	(3.666)	4.614	4.547
		11.228.709	(6.387.306)	4.841.403	4.979.832
Obrigações especiais		(13.438)	-	(13.438)	(13.535)
		11.215.271	(6.387.306)	4.827.965	4.966.297
Em curso					
Edificações e benfeitorias		11.323	-	11.323	12.625
Máquinas e equipamentos		69.785	-	69.785	63.210
Aquisições a ratear		2.031	-	2.031	6.050
		83.139	-	83.139	81.885
		11.298.410	(6.387.306)	4.911.104	5.048.182

Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	Taxa média de depreciação %	30.06.2012			31.12.2011
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,9	6.813.984	(2.358.641)	4.455.343	4.550.425
Edificações e benfeitorias	3,4	1.746.901	(780.986)	965.915	991.768
Máquinas e equipamentos	4,1	7.483.084	(3.743.606)	3.739.478	3.720.407
Veículos	14,2	2.092	(1.528)	564	524
Móveis e utensílios	6,2	9.769	(4.028)	5.741	5.584
		16.055.830	(6.888.789)	9.167.041	9.268.708
Obrigações especiais		(13.563)	-	(13.563)	(13.660)
		16.042.267	(6.888.789)	9.153.478	9.255.048
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		13.277	-	13.277	10.892
Edificações e benfeitorias		26.783	-	26.783	12.836
Máquinas e equipamentos		141.918	-	141.918	182.187
Adiantamento a fornecedores		125.310	-	125.310	106.980
Aquisições a ratear		353.949	-	353.949	317.208
		661.237	-	661.237	630.103
		16.703.504	(6.888.789)	9.814.715	9.885.151

b) Mutação do ativo imobilizado

Controladora (BRGAAP)							
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31.12.2011	2.283.077	580.294	2.111.418	5.043	81.885	(13.535)	5.048.182
Ingressos	-	-	-	-	27.540	47	27.587
Transferências	(2.512)	121	3.910	498	(2.017)	-	-
Baixas	-	-	(100)	(8)	-	-	(108)
Depreciação	(29.232)	(9.485)	(51.730)	(398)	-	-	(90.845)
Saldo em 31.03.2012	2.251.333	570.930	2.063.498	5.135	107.408	(13.488)	4.984.816
Ingressos	-	-	-	-	18.402	50	18.452
Transferências	(1.051)	(732)	44.590	(136)	(42.671)	-	-
Baixas	(235)	-	(33)	(4)	-	-	(272)
Depreciação	(29.401)	(8.245)	(54.372)	126	-	-	(91.892)
Saldo em 30.06.2012	2.220.646	561.953	2.053.683	5.121	83.139	(13.438)	4.911.104

Consolidado (BRGAAP e IFRS)							
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31.12.2011	4.550.425	991.768	3.720.407	6.108	630.103	(13.660)	9.885.151
Ingressos	-	-	-	-	107.750	47	107.797
Transferências	(3.468)	612	54.773	577	(52.494)	-	-
Baixas	-	-	(125)	(8)	-	-	(133)
Depreciação	(48.179)	(13.910)	(69.646)	(423)	-	-	(132.158)
Saldo em 31.03.2012	4.498.778	978.470	3.705.409	6.254	685.359	(13.613)	9.860.657
Ingressos	-	-	-	-	91.469	50	91.519
Transferências	7.821	90	107.740	(60)	(115.591)	-	-
Baixas	(235)	-	(60)	(3)	-	-	(298)
Depreciação	(51.021)	(12.645)	(73.611)	114	-	-	(137.163)
Saldo em 30.06.2012	4.455.343	965.915	3.739.478	6.305	661.237	(13.563)	9.814.715

c) Taxas de depreciação

A Aneel emitiu Resolução Normativa estabelecendo novas taxas anuais de depreciação para determinados ativos vinculados à concessão e autorização para a geração de energia elétrica. A Companhia, no presente trimestre, passou a calcular a sua depreciação de acordo com as novas taxas e reconheceu os seus efeitos retroativos a 01.01.2012, conforme exigido pela referida resolução. A adoção dessas taxas resultará em uma redução da depreciação anual sobre os ativos da Companhia de aproximadamente R\$ 2.460.

d) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 - Ativo imobilizado e no ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28, em 01.01.2009, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Os saldos do imobilizado em 30.06.2012 e 31.12.2011 contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, de R\$ 938.289 e R\$ 982.326, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 30.06.2012 e 30.06.2011 foi de R\$ 44.037 e R\$ 43.082, respectivamente.

e) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União para o uso do bem público para a geração hidrelétrica, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 – Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição.

f) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Dessa forma, a Companhia, a partir de 01.01.2007, passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, as quais estão limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação da concessão. Cabe mencionar que os bens do imobilizado adquiridos até 01.01.2007 foram sujeitos à adoção do custo atribuído com base na avaliação dos seus valores justos em 01.01.2009, data de transição para as normas IFRS e os novos CPC.

g) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e à concessão a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em andamento durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado, no segundo trimestre de 2012 e 2011, foram de R\$ 9.586 e R\$ 28.275, respectivamente.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

11. – INTANGÍVEL

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)					
	30.06.2012			31.12.2011		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Total
Direito de uso	26.461	(16.401)	10.060	25.618	(14.794)	10.824
Ágio incorporado da CEM ¹⁶	44.578	(41.705)	2.873	44.578	(39.550)	5.028
	71.039	(58.106)	12.933	70.196	(54.344)	15.852

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	30.06.2012			31.12.2011		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Total
Direito de uso	31.965	(17.409)	14.556	29.988	(15.696)	14.292
Direito de compra de energia	64.561	-	64.561	64.561	-	64.561
Direitos do Projeto Trairi	12.668	-	12.668	12.668	-	12.668
Ágio incorporado da CEM	44.578	(41.705)	2.873	44.578	(39.550)	5.028
	153.772	(59.114)	94.658	151.795	(55.246)	96.549

12. – FORNECEDORES

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Encargos de uso da rede elétrica	99.044	93.500	106.475	98.979
Energia elétrica comprada	55.651	98.408	101.800	87.970
Transações no âmbito da CCEE	1.174	371	1.174	689
Materiais e serviços	24.186	24.424	33.141	32.494
Combustíveis fósseis e biomassa	959	1.037	961	873
Fornecedores de imobilizado	2.270	1.900	15.842	13.331
	183.284	219.640	259.393	234.336

¹⁶Companhia Energética Meridional, subsidiária integral incorporada pela Companhia em 2008.

13. – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	30.12.2011
Federais				
Imposto de renda e contribuição social	196.994	357.804	214.996	383.212
PIS e Cofins	13.641	19.142	16.981	22.192
INSS	3.776	3.663	4.214	4.228
Outros	921	1.389	1.002	1.437
	215.332	381.998	237.193	411.069
(-) tributos federais a compensar	(106.049)	(78.079)	(107.028)	(78.832)
	109.283	303.919	130.165	332.237
Estaduais				
ICMS a pagar	9.441	7.443	30.481	26.584
(-) ICMS a compensar	(6.390)	(7.350)	(6.408)	(7.666)
	3.051	93	24.073	18.918
Municipais				
ISS a pagar	627	471	1.142	854
Total	112.961	304.483	155.380	352.009

No presente trimestre a Companhia passou a apresentar as obrigações fiscais correntes líquidas dos ativos, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há a intensão da administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. De modo a manter a comparação entre os balanços apresentados, os montantes de tributos a compensar de 31.12.2011 acima apresentados foram reclassificados da conta “Tributos a recuperar” para a rubrica “Obrigações fiscais”.

Os saldos de tributos federais a compensar correspondem, substancialmente, a imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins sobre as seguintes operações:

Imposto de renda e contribuição social

No presente trimestre, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 24.559, na controladora e consolidado, relativo ao imposto de renda e contribuição social recolhidos sobre os ganhos com operação de *swap*, no período de julho a dezembro de 2011, cuja tributação deveria ter sido diferida até a liquidação da transação.

PIS e Cofins

Refere-se, substancialmente, aos valores recolhidos em decorrência da aplicação da Instrução Normativa 468/2004, cujo montante atualizado em 30.06.2012 é de R\$ 67.962, na controladora e consolidado, que ainda não foram compensados em função da Companhia estar aguardando a habilitação de tais créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB).

14. – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)					
	30.06.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	-	430.000	430.000	-	430.000	430.000
BNDES	12.470	-	12.470	14.965	4.988	19.953
Encargos	6.704	-	6.704	8.886	-	8.886
	19.174	430.000	449.174	23.851	434.988	458.839
Moeda estrangeira						
STN ¹⁷	8.792	100.017	108.809	12.374	97.605	109.979
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	102.371	102.371	-	97.088	97.088
Encargos	7.828	-	7.828	5.139	-	5.139
	16.620	202.388	219.008	17.513	194.693	212.206
	35.794	632.388	668.182	41.364	629.681	671.045
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	30.06.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	-	430.000	430.000	-	430.000	430.000
BNDES	114.297	1.286.205	1.400.502	106.829	1.319.263	1.426.092
Bancos (Repasse BNDES)	82.921	923.846	1.006.767	82.910	960.757	1.043.667
Banco do Brasil	3.966	17.186	21.152	3.966	19.169	23.135
BRDE	1.139	-	1.139	4.556	-	4.556
Encargos	15.165	-	15.165	18.150	-	18.150
	217.488	2.657.237	2.874.725	216.411	2.729.189	2.945.600
Moeda estrangeira						
STN	8.792	100.017	108.809	12.374	97.605	109.979
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	102.371	102.371	-	97.088	97.088
Encargos	7.828	-	7.828	5.139	-	5.139
	16.620	202.388	219.008	17.513	194.693	212.206
	234.108	2.859.625	3.093.733	233.924	2.923.882	3.157.806

¹⁷ Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2011	41.364	629.681	671.045	233.924	2.923.882	3.157.806
Transferências	3.872	(3.872)	-	51.521	(51.521)	-
Juros gerados	13.942	(1.101)	12.841	59.522	18.537	78.059
Juros capitalizados	-	-	-	-	(14.243)	(14.243)
Variações cambiais	(244)	(2.801)	(3.045)	(244)	(2.801)	(3.045)
Amortização de principal	(4.852)	-	(4.852)	(49.219)	-	(49.219)
Amortização de juros	(10.880)	-	(10.880)	(56.612)	-	(56.612)
Saldo em 31.03.2012	43.202	621.907	665.109	238.892	2.873.854	3.112.746
Ingresso	-	-	-	-	17.442	17.442
Transferências	5.111	(5.111)	-	52.826	(52.826)	-
Juros gerados	12.558	(1.233)	11.325	57.230	13.352	70.582
Juros capitalizados	-	-	-	-	(9.022)	(9.022)
Variações cambiais	1.292	16.825	18.117	1.292	16.825	18.117
Amortização de principal	(10.954)	-	(10.954)	(55.375)	-	(55.375)
Amortização de juros	(15.415)	-	(15.415)	(60.757)	-	(60.757)
Saldo em 30.06.2012	35.794	632.388	668.182	234.108	2.859.625	3.093.733

c) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Julho a dezembro de 2013	143.333	4.419	147.752	232.473	4.419	236.892
2014	286.667	4.271	290.938	451.732	4.271	456.003
2015	-	102.371	102.371	166.396	102.371	268.767
2016	-	-	-	167.313	-	167.313
2017	-	-	-	167.669	-	167.669
2018 a 2022	-	-	-	808.085	-	808.085
2023 a 2027	-	-	-	509.201	-	509.201
2028 a 2029	-	91.327	91.327	154.368	91.327	245.695
	430.000	202.388	632.388	2.657.237	202.388	2.859.625

d) Condições Contratadas

	Juros	Condições de pagamento		Saldo
		Vencimento	Principal e juros	
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014 Juros: trimestrais	436.654
BNDES	TJLP + 4% a.a. ^(a)	04.2013	Mensais	12.520
Controladas				
BNDES	TJLP + (1,89% a 4,0% a.a.) ^(a)	09.2013 a 06.2029	Mensais	1.343.403
Bancos (Repasse BNDES) ^(c)	TJLP + (2,95% a 3,85% a.a.) ^(a)	09.2013	Mensais	1.010.297
BNDES - Subcrédito B ^(b)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	31.970
BNDES - Crédito Social ^(d)	TJLP	06.2018	Mensais, após 07.2012 ^(e)	17.430
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. ^(a)	08.2012	Mensais	1.143
Banco do Brasil	8,08% a.a. ^(f)	10.2017	Mensais	21.308
Moeda estrangeira				
Controladora				
STN	Libor + 1,075% a.a.	04.2024	Semestral	110.620
BNP Paribas	Euribor + 2,75% a.a.	11.2015	Anual	108.388

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

^(b) Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva. O saldo em 30.06.2012 é de R\$ 31.970.

^(c) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim.

^(d) Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito. O saldo em 30.06.2012 é de R\$ 17.430.

^(e) Os juros são pagos trimestralmente no período compreendido entre 11.2010 e 06.2012 e, mensalmente após este período.

^(f) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto a determinados indicadores da controlada indireta Hidropower, os quais estão suportados por uma dispensa do seu cumprimento (*waiver*) até a liquidação total do financiamento.

f) Concessão de financiamentos dos parques eólicos

Em 10.05.2012 a diretoria do BNDES aprovou linha de crédito no montante de R\$ 358.000, destinado à implantação dos parques eólicos Mundaú, Fleixeiras I, Trairí e Guajiru, todos localizados no município de Trairí, Estado do Ceará. Essa linha de crédito possui prazo de amortização de 16 anos e será atualizada pela TJLP + 2,51% a.a. Os respectivos contratos de financiamento foram assinados pelas partes e a liberação dos recursos depende do cumprimento de condições precedentes estabelecidas nos contratos.

15. – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	30.06.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
2ª Emissão – série única	152.874	154.373	307.247	149.046	299.328	448.374
Cana Brava – série única	16.655	-	16.655	15.880	8.526	24.406
Juros	2.862	-	2.862	18.614	-	18.614
	172.391	154.373	326.764	183.540	307.854	491.394

b) Mutação das debêntures

	Controladora e consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2011	183.540	307.854	491.394
Juros gerados	8.669	43	8.712
Variações monetárias	2.129	4.591	6.720
Saldo em 31.03.2012	194.338	312.488	506.826
Transferências	160.909	(160.909)	-
Juros gerados	8.828	43	8.871
Variações monetárias	1.656	2.751	4.407
Amortização de principal	(160.132)	-	(160.132)
Amortização de juros	(33.208)	-	(33.208)
Saldo em 30.06.2012	172.391	154.373	326.764

Alteração do compromisso financeiro contratual (*covenant*) da 2ª emissão de debêntures da Tractebel Energia e pagamento da primeira parcela das debêntures

Em 10.05.2012 a Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) aprovou a elevação do seu compromisso financeiro contratual (*covenant*), decorrente da sua 2ª emissão, de 2,5 vezes para 3,5 vezes sobre a seguinte relação: dívida bruta sobre EBITDA. Esta alteração resultou no pagamento de um prêmio de R\$ 1.076, equivalentes a 0,22% do valor nominal das debêntures.

Em 15.05.2012 foi realizado o pagamento da primeira parcela das debêntures no valor de R\$ 184.385, sendo R\$ 152.382 referentes à amortização de principal e R\$ 32.003 relativos ao pagamento de juros.

c) Condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		Garantia
			Juros/variação monetária	Principal	
2ª Emissão - série única	35.000	IPCA ¹⁸ + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 05.2012/13/14	Sem garantia
Cana Brava – série única	7.773	TJLP + 4% a.a. ¹⁹	Semestralmente em 01.04 e 01.10, até 01.04.13	Semestralmente em 01.04 e 01.10, até 01.04.13	Recebíveis da venda de energia

d) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

O vencimento das debêntures apresentadas no passivo não circulante, no valor de R\$ 154.373, será em maio de 2014.

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

¹⁸ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

¹⁹ O montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

16. – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Usina Hidrelétrica Cana Brava	464.990	432.721	464.990	432.721
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	422.422	395.652	422.422	395.652
Usina Hidrelétrica São Salvador	-	-	408.990	401.132
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	40.670	36.447
	887.412	828.373	1.337.072	1.265.952
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	3.047	2.643	48.178	45.688
Passivo não circulante	884.365	825.730	1.288.894	1.220.264
	887.412	828.373	1.337.072	1.265.952

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores correspondentes às concessões foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo. Informações adicionais sobre o registro no ativo estão apresentadas na Nota 10 - Imobilizado.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para as concessões a pagar das usinas Cana Brava, São Salvador e Estreito foi de 10% a.a. e da Ponte de Pedra foi de 8,28% a.a.

Durante a construção das usinas a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Contrato de Concessão de Uso do Bem Público (UBP) da UHE Estreito

Em atendimento à solicitação da Companhia, a Aneel aprovou a alteração do índice de atualização do contrato de IGP-M para o IPCA com o objetivo de equalizar a obrigação com o índice de atualização dos preços de venda de energia realizada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Ademais, em função da elevação da garantia física da usina de 584,9 MW médios para 641,08 MW, a parcela anual da UBP a ser paga pela controlada Companhia Energética Estreito (CEE) passou de R\$ 3.819 para R\$ 4.186. A aplicação retroativa dessa alteração resultou em um pagamento adicional de R\$ 436 pela CEE.

a) Mutação

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2011	2.643	825.730	828.373	45.688	1.220.264	1.265.952
Transferências	981	(981)	-	12.801	(12.801)	-
Juros gerados	-	18.275	18.275	-	29.273	29.273
Juros capitalizados	-	-	-	-	(427)	(427)
Variações monetárias	-	2.093	2.093	-	7.506	7.506
Amortizações	(671)	-	(671)	(11.901)	-	(11.901)
Saldo em 31.03.2012	2.953	845.117	848.070	46.588	1.243.815	1.290.403
Complemento da concessão a pagar da UHE Estreito	-	-	-	-	3.515	3.515
Transferências	764	(764)	-	13.504	(13.504)	-
Juros gerados	-	19.055	19.055	-	30.746	30.746
Juros capitalizados	-	-	-	-	(564)	(564)
Variações monetárias	-	20.957	20.957	-	24.886	24.886
Amortizações	(670)	-	(670)	(11.914)	-	(11.914)
Saldo em 30.06.2012	3.047	884.365	887.412	48.178	1.288.894	1.337.072

b) Variação dos índices de inflação:

	2º trimestre de 2012	2º trimestre de 2011	1º semestre de 2012	1º semestre de 2011
IGP-M	2,56%	0,70%	3,19%	3,15%
IPCA	1,08%	1,40%	2,32%	3,87%

c) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Julho a dezembro de 2013	1.250	22.217
2014	2.335	41.390
2015	2.129	37.634
2016	1.942	34.212
2017	1.772	31.107
2018 a 2022	127.292	238.479
2023 a 2027	412.727	481.743
2028 a 2032	290.049	332.889
2033 a 2037	44.869	69.223
	884.365	1.288.894

17. – PROVISÕES FISCAIS PREVIDENCIÁRIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

As ações e reclamações de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Riscos prováveis:				
Riscos tributários				
INSS	15.852	15.451	15.852	15.451
Outros	2.419	2.418	2.419	2.418
	18.271	17.869	18.271	17.869
Riscos cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	57.321	49.603	57.321	49.603
Contratos com fornecedores	25.385	23.815	31.535	29.619
Benefícios de aposentadoria	10.316	9.787	10.316	9.787
Ambientais	7.454	7.069	7.454	7.069
Doença ocupacional e acidente do trabalho	4.611	4.407	4.611	4.407
Desapropriações	7.827	3.620	7.827	3.620
Ações diversas	4.826	4.597	8.810	8.236
	117.740	102.898	127.874	112.341
Riscos trabalhistas	10.408	10.996	10.408	10.996
Total	146.419	131.763	156.553	141.206
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	8.848	7.640	9.823	8.615
Passivo não circulante	137.571	124.123	146.730	132.591
	146.419	131.763	156.553	141.206

Informações mais recentes sobre as provisões avaliadas como prováveis:**a.1) Riscos tributários****Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**

A notificação decorre de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a empregados. O processo ainda encontra-se de posse do Ministro Relator para o julgamento do recurso interposto pela União Federal.

a.2) Riscos cíveis**Tarifa de uso do sistema de transmissão**

A ação visa ajustar a TUST paga pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. No trimestre não houve qualquer alteração no andamento da ação.

Contratos com fornecedores

- **Companhia de Interconexão Energética (Cien):** refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerer o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual. Em março de 2011 foi decidido que o processo deveria voltar para a Justiça Comum, porém, a Companhia interpôs recurso especial contra esta decisão, que foi admitido, devendo o processo ser remetido para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando a sua distribuição.

- **Fornecedor de energia:** essa ação pleiteia a cobrança de valores apurados no âmbito do MAE (atualmente CCEE), durante o período de racionamento de energia, compreendido entre setembro de 2000 e dezembro de 2002. A Medida Cautelar ajuizada pela controlada perante o STJ foi julgada e indeferida no primeiro trimestre. No mês de maio de 2012 a controlada Itasa foi intimada a depositar o valor do débito e, consequente, cancelando assim a carta fiança emitida anteriormente. Cabe considerar que a Itasa possui outro processo com solicitação de crédito de natureza semelhante com o mesmo reclamante e, pleiteou a compensação dos valores com o seu débito, porém tal pleito foi indeferido.

- **Desapropriações:** a evolução no montante provisionado decorreu, substancialmente, do ingresso de ações impetradas por pessoas físicas e jurídicas cujo objeto versa sobre desapropriações das áreas atingidas pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra.

b) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

Controladora (BRGAAP)						
30.06.2012			31.12.2011			
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	113.302	540.511	653.813	461.053	530.830	991.883
Cíveis	8.551	390	8.941	9.631	371	10.002
Trabalhistas	9.583	16.989	26.572	10.940	15.407	26.347
	131.436	557.890	689.326	481.624	546.608	1.028.232

Consolidado (BRGAAP e IFRS)						
30.06.2012			31.12.2011			
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	166.024	540.511	706.535	499.551	530.830	1.030.381
Cíveis	28.897	390	29.287	12.237	1.351	13.588
Trabalhistas	15.031	16.989	32.020	10.940	15.407	26.347
	209.952	557.890	767.842	522.728	547.588	1.070.316

b.1) Riscos tributários possíveis

Os principais riscos de natureza tributária avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco possível são os seguintes:

Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de “denúncia espontânea”, desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R\$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 30.06.2012 é de R\$ 54.331 (R\$ 52.809 em 31.12.2011).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)

A Companhia e sua controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC) foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir dessa data é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos processos atribuídos à controlada TBLC foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Existem dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em um deles houve redução do valor e da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução e, em outro processo, julgado procedente, a Companhia interpôs recurso ordinário.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a Administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 30.06.2012 é de R\$ 14.800 (R\$ 13.628 em 31.12.2011), na controladora e de R\$ 57.402 (R\$ 51.694 em 31.12.2011), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o valor efetivamente devido seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor acima informado.

Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008 a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis (SC), relativamente à parte do auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN).

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998, e foram utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita à quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no 1ª Conselho da 7ª Câmara com Recurso de Ofício ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), por parte da Receita Federal do Brasil, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 30.06.2012 é de R\$ 29.182 (R\$ 28.524 em 31.12.2011).

b.2) Riscos tributários remotos

Os principais riscos de natureza tributária avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco remoto são os que seguem:

Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

Em 30.12.2010 a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506/1976, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, sobre as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% a.a., acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Em 12.12.1985 o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, alterou a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, até então registrada no resultado, passou a receber duas classificações contábeis distintas: a) a parcela referente às obras realizada com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e b) a parcela referente às obras realizadas com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido. Com esse procedimento a parcela da receita isenta decorrente de obras realizadas com empréstimos, que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser reconhecida no resultado, com exclusão para fins de apuração do lucro real, somente quando: i) o ativo em construção que lhe dera origem entrasse em operação ou (ii) ocorresse a baixa do respectivo bem.

Este novo procedimento contábil permaneceu até 31.12.1995, sendo alterado pela Portaria nº 526, de 22.11.1995, do DNAEE, que, entre outras providências, determinou a transferência dos saldos existentes no ativo diferido, relativamente à remuneração das imobilizações em curso, para o imobilizado e extinguiu o cálculo e contabilização da RIC correspondente à parcela das obras realizada com capital de terceiros, permanecendo apenas a remuneração sobre a parcela das obras realizada com capital próprio.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-Lei foi revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e sua contabilização a partir de 01.01.1999.

Dessa forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal referem-se a receitas anteriormente diferidas, calculadas ao amparo do referido Decreto-Lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda, que estão sendo reconhecidas no resultado durante a operação das usinas que lhe deram origem.

Em 24.02.2012, a Companhia tomou ciência do Acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, onde seus membros, depois da análise de mérito da questão, julgaram procedente a impugnação. Esta decisão só será definitiva após sua confirmação pela instância administrativa superior, ou seja, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Em razão desta decisão a Companhia passou a avaliar o risco de perda da ação como remoto.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os argumentos utilizados para impugnar o lançamento do crédito fiscal propiciam uma expectativa otimista de êxito ao final da demanda. O montante atualizado dessa autuação em 30.06.2012 é de R\$ 364.014 (R\$ 350.919 em 31.12.2011).

PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN 658/2006)

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra as exigências previstas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 468/2004 (IN 468/2004), para que as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31.10.2003 fosse submetidas à tributação não cumulativa de PIS e Cofins a partir da primeira alteração de preço, descaracterizando, assim, o conceito do “preço predeterminado”, previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003.

A IN 468/2004 foi revogada em 04.07.2006 pela IN 658/2006, em face do advento do artigo 109 da Lei nº 11.196/2005, o qual estabeleceu que o preço predeterminado não fosse alterado caso o reajuste de preço ocorresse em função do custo de produção ou da variação do índice que refletisse a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados. Contudo, apesar da ressalva incorporada à IN 658/2006 decorrente da referida lei, as exigências questionadas para a Companhia foram mantidas.

Em outubro de 2006 o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, assegurou à Companhia o direito de recolher as contribuições do PIS e da Cofins segundo o regime de tributação cumulativa, tal como previsto pelo artigo 10, XI, b da Lei nº 10.833/2003, e sem as restrições ilegais e inconstitucionais da IN 468/2004, propiciando a Companhia a suspender os depósitos judiciais iniciados em junho de 2005. No entanto, a decisão do TRF não contemplou a IN 658/2006, fazendo com que a Companhia apresentasse recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A União Federal, por sua vez, interpôs recurso especial em face da decisão do TRF, o qual não foi admitido, motivo pelo qual, em abril de 2010, foi certificado formalmente o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo TRF em relação à IN 468/2004.

Por esta razão, em julho de 2010, foi deferido o pedido de expedição de alvará para levantamento dos depósitos judiciais realizados no período de junho de 2005 a junho de 2006, ficando pendente de liberação o indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005 e os depósitos realizados no período de julho de 2006 - mês de publicação da IN 658/2006 - a outubro de 2006 - mês da decisão do TRF. As restrições para a repetição de indébito e para o resgate dos depósitos judiciais foram impostas pela Receita Federal do Brasil sob o argumento de que o Mandado de Segurança em questão não havia transitado em julgado.

Considerando que o Recurso Especial interposto pela Companhia não foi conhecido pelo STJ, em virtude da ausência de interesse recursal, haja vista que o TRF acolheu integralmente o pedido da Companhia de permanecer na sistemática da cumulatividade, tal processo, teve o seu trânsito em julgado no mês de junho de 2012, não havendo mais quaisquer discussões envolvendo as referidas Instruções Normativas (468/2004 e 658/2006).

Sendo assim, a Companhia está em processo de habilitação do crédito relativo ao indébito dos valores recolhidos anteriormente a junho de 2005, cujo montante atualizado, em 30.06.2012, é de R\$ 67.962 (R\$ 66.009 em 31.12.2011).

Já em relação aos depósitos de julho a outubro de 2006, foi publicado em 12.07.2012, o deferimento do pedido de levantamento da Companhia autorizando a expedição de alvará para liberação dos depósitos judiciais efetivados nos autos, no montante atualizado em 30.06.2012 de R\$ 42.782 (R\$ 41.496 em 31.12.2011), em razão do STJ ter concluído que a concessão da ordem pelo TRF, da 4ª Região, abranger também o período regido pela IN 658/2006.

Como não há mais discussão a respeito das referidas IN, a Companhia realizou, em junho, a baixa R\$ 373.457, valor que estava considerado como processo de risco remoto.

Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)" ("Subvenção CCC").

Em 2009, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a recolher o valor de R\$ 135.982 referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, já incluídos os juros e multas, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado.

Na avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "Subvenção da CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita. Dessa forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade com a intimação na esfera administrativa e, se necessário, efetuará na esfera judicial. Mesmo que a "Subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da "Subvenção CCC" e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "Subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é entendimento da Administração que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando o julgamento da Delegacia de Julgamento de Florianópolis, na 4ª Turma. O montante atualizado em 30.06.2012 é de R\$ 169.036 (R\$ 163.273 em 31.12.2011).

18. – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas estabelecidas no Brasil que fazem parte do grupo International Power GDF SUEZ. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões.

a) Plano de Benefício Definido (BD)

A composição dos benefícios pós-emprego da Companhia é a apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	30.06.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	19.655	105.183	124.838	18.646	111.870	130.516
Déficit não contratado						
Contribuições correntes e cobertura de custos	1.400	975	2.375	3.575	1.642	5.217
Déficit não contratado e GC	14.990	15.193	30.183	13.824	21.823	35.647
Avaliação atuarial	36.045	121.351	157.396	36.045	135.335	171.380
Ganhos atuariais diferidos	-	161.655	161.655	-	165.629	165.629
Passivo atuarial registrado	36.045	283.006	319.051	36.045	300.964	337.009

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

Tractebel Energia

Notas Explicativas

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
Julho a dezembro de 2013	8.885	1.259	10.144
2014	18.721	1.948	20.669
2015	3.521	1.758	5.279
2016	3.723	1.863	5.586
2017	3.938	1.975	5.913
2018 a 2023	28.926	11.725	40.651
2024 a 2027	13.031	162	13.193
2028 a 2029	3.748	-	3.748
	84.493	20.690	105.183

A movimentação dos benefícios pós-emprego por plano está resumida a seguir:

	Plano BD	Plano BSPS	GC	Total
Passivo registrado em 31.12.2011	312.898	22.617	1.494	337.009
Efeitos no resultado do 1º trimestre de 2012:				
Custo do serviço corrente	(1.359)	-	877	(482)
Custo dos juros	31.837	848	47	32.732
Rendimento esperado dos ativos	(29.164)	(990)	-	(30.154)
Amortização dos ganhos atuariais	(1.128)	(870)	11	(1.987)
Ganho líquido	186	(1.012)	935	109
Contribuições	(3.248)	-	-	(3.248)
Benefícios pagos	-	-	(37)	(37)
Pagamentos de obrigações contratadas	(6.553)	(85)	-	(6.638)
Passivo registrado em 31.03.2012	303.283	21.520	2.392	327.195
Efeitos no resultado do 2º trimestre de 2012:				
Custo do serviço corrente	291	-	16	307
Custo dos juros	31.837	848	47	32.732
Rendimento esperado dos ativos	(29.164)	(990)	-	(30.154)
Amortização dos ganhos atuariais	(1.128)	(870)	11	(1.987)
Ganho líquido	1.836	(1.012)	74	898
Contribuições	(2.649)	-	-	(2.649)
Benefícios pagos	-	-	(30)	(30)
Pagamentos de obrigações contratadas	(6.276)	(87)	-	(6.363)
Passivo registrado em 30.06.2012	296.194	20.421	2.436	319.051

A despesa líquida a ser reconhecida ainda no resultado de julho a dezembro de 2012, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	Plano BD	Plano BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	(24)	-	(30)	(54)
Custo dos juros	(63.672)	(1.692)	(96)	(65.460)
Rendimento esperado dos ativos do plano	58.326	1.980	-	60.306
Amortização de ganhos atuariais	2.256	1.740	(24)	3.972
Despesa líquida	(3.114)	2.028	(150)	(1.236)

Em função do corrente cenário econômico brasileiro de queda nas taxas de juros, a administração da Companhia entende que a redução na taxa de desconto e a avaliação do valor de mercado dos ativos, que poderiam ser consideradas para o cálculo de atualização do valor presente do seu passivo atuarial, líquido, não resultariam em efeitos significativos no saldo de “Benefícios pós-emprego” nem nos resultados de 2012 da Companhia.

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no segundo trimestre de 2012 foram de R\$ 1.168 (R\$ 1.102 no segundo trimestre de 2011).

19. – TRIBUTOS DIFERIDOS

Os saldos líquidos que compõe imposto de renda e contribuição social diferido passivo líquido estão apresentados a seguir:

Natureza dos créditos	Controladora (BRGAAP)				
	30.06.2012				31.12.2011
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Valor justo do ativo imobilizado	986.440	246.609	88.780	335.389	350.826
Ganhos com operação de <i>Swap</i>	159.091	39.773	14.318	54.091	-
Provisão para venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	49.064	12.266	4.416	16.682	17.056
Subtotal		325.512	117.185	442.697	404.417
Ativo:					
RIC ²⁰	145.542	(36.385)	-	(36.385)	(38.205)
Benefícios pós-emprego	194.063	(48.516)	(17.466)	(65.982)	(69.591)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128.617	(32.154)	(11.575)	(43.729)	(43.729)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	144.103	(36.026)	(12.969)	(48.995)	(44.012)
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	80.624	(20.156)	(7.256)	(27.412)	(26.511)
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	(3.469)	(1.249)	(4.718)	(4.718)
Depreciação acelerada	10.156	(2.539)	(914)	(3.453)	(4.021)
Outros	17.300	(4.325)	(1.558)	(5.883)	(8.148)
Subtotal		(183.570)	(52.987)	(236.557)	(238.935)
Total líquido		141.942	64.198	206.140	165.482

²⁰ Remuneração das Imobilizações em Curso

Natureza dos créditos	Consolidado (BRGAAP e IFRS)				
	30.06.2012				31.12.2011
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Valor justo do ativo imobilizado	986.440	246.609	88.780	335.389	350.826
Ganhos com operação de <i>Swap</i>	159.091	39.773	14.318	54.091	-
Venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	49.064	12.266	4.416	16.682	17.056
Depreciação acelerada incentivada	80.578	20.145	7.252	27.397	2.729
Subtotal		345.657	124.437	470.094	407.146
Ativo:					
RIC	145.542	(36.385)	-	(36.385)	(38.205)
Benefícios pós-emprego	194.063	(48.516)	(17.466)	(65.982)	(69.591)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128.754	(32.188)	(11.587)	(43.775)	(43.729)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	144.103	(36.026)	(12.969)	(48.995)	(44.013)
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	80.624	(20.156)	(7.256)	(27.412)	(26.511)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	56.825	(14.206)	(5.115)	(19.321)	-
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	(3.469)	(1.249)	(4.718)	(4.718)
Depreciação acelerada	10.156	(2.539)	(914)	(3.453)	(4.021)
Outros	21.646	(5.412)	(1.948)	(7.360)	(9.819)
Subtotal		(198.897)	(58.504)	(257.401)	(240.607)
Total líquido		146.760	65.933	212.693	166.539

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Julho a dezembro de 2012	9.674	16.736	13.419	16.736
2013	20.970	47.001	27.038	47.001
2014	13.890	58.804	22.592	58.804
2015	79.803	21.038	81.966	21.038
2016	24.905	20.013	25.025	20.013
2017 a 2018	24.694	74.991	24.741	74.991
2019 a 2020	22.238	44.953	22.238	45.949
2021 em diante	40.383	159.161	40.382	185.562
	236.557	442.697	257.401	470.094

Apresentação dos tributos diferidos

No presente trimestre a Companhia passou a apresentar os tributos diferidos passivos líquidos dos ativos, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intensão da administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. De modo a manter a comparação entre os balanços apresentados, os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos de 31.12.2011 acima apresentados, foram reclassificados da conta "Tributos diferidos ativos" para a rubrica "Tributos diferidos passivos".

20. – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 30.06.2012 e 31.12.2011, é de R\$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 30.06.2012, é de R\$ 8,59 (R\$ 8,35 por ação em 31.12.2011).

O quadro societário da Companhia em 30.06.2012 e 31.12.2011 está assim constituído:

<u>Acionistas</u>	<u>% do Capital</u>
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 30.06.2012 a quantidade de ações da Companhia em circulação eram 204.229.568. Na mesma data os administradores da Companhia possuíam 222.190 ações.

b) Pagamento de dividendos adicionais creditados no exercício social de 2011

Os pagamentos da 1ª e 2ª parcela dos dividendos adicionais propostos sobre o lucro líquido do exercício de 2011, aprovados em Assembleia Geral Ordinária, foram feitos a partir de 15.05.2012 e 29.06.2012, respectivamente. O valor total destes dividendos foi de R\$ 517.342, correspondente a R\$ 0,792566942 por ação.

21. – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados:

	Controladora (BRGAAP)							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	2012		2011		2012		2011	
	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados
Pessoal	35.899	4.533	33.555	3.896	68.667	8.915	61.464	6.969
Material	6.911	214	5.527	174	12.300	407	9.228	370
Serviço de terceiro	22.176	1.290	20.205	1.333	42.802	2.427	40.496	2.800
Combustível para geração	11.554	-	32.484	-	14.472	-	34.927	-
Royalties ²¹	12.374	-	27.796	-	32.257	-	60.690	-
Depreciação e amortização	91.080	-	88.958	-	181.002	-	177.882	-
Seguros	2.374	148	1.725	133	4.088	222	3.585	243
Taxa de fiscalização	2.791	-	2.574	-	5.583	-	5.148	-
Aluguéis	1.839	206	1.936	231	3.589	477	3.494	369
Outros	1.669	34	446	24	3.967	45	284	46
	188.667	6.425	215.206	5.791	368.727	12.493	397.198	10.797

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	2012		2011		2012		2011	
	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados
Pessoal	36.847	4.533	34.075	3.896	70.315	8.915	62.472	6.969
Material	7.733	214	6.369	174	13.722	407	10.647	370
Serviço de terceiro	31.995	1.290	25.639	1.333	59.814	2.427	50.957	2.800
Combustível para geração	15.083	-	34.806	-	20.369	-	39.747	-
Royalties	16.642	-	32.487	-	42.115	-	70.695	-
Depreciação e amortização	136.397	-	117.232	-	267.678	-	232.567	-
Seguros	2.957	148	2.056	133	5.189	222	4.255	243
Taxa de fiscalização	3.381	-	2.997	-	6.762	-	5.974	-
Aluguéis	2.443	206	2.411	231	4.673	477	4.433	369
Outros	2.035	34	739	24	12.778	45	722	46
	255.513	6.425	258.811	5.791	503.415	12.493	482.469	10.797

²¹ Compensação pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

Despesas gerais e administrativas:

	Controladora (BRGAAP)			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2012	2011	2012	2011
	Gerais e administrativas	Gerais e administrativas	Gerais e administrativas	Gerais e administrativas
Pessoal	12.718	11.964	24.958	21.873
Administradores	4.017	3.358	7.960	7.043
Material	423	611	841	1.157
Serviço de terceiro	9.453	9.596	18.658	17.205
Depreciação e amortização	2.697	2.167	5.497	4.181
Seguros	127	130	201	220
Contribuições e doações	1.758	3.197	2.759	4.682
Contribuições setoriais	1.040	1.104	1.962	2.179
Aluguéis	748	1.467	1.497	2.791
Contribuição PREVIG	2.544	3.262	4.088	4.752
Outros	3.905	4.239	7.509	10.370
	39.430	41.095	75.930	76.453

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2012	2011	2012	2011
	Gerais e administrativas	Gerais e administrativas	Gerais e administrativas	Gerais e administrativas
Pessoal	13.222	12.482	26.092	22.796
Administradores	4.214	3.568	8.336	7.452
Material	424	626	845	1.194
Serviço de terceiro	10.243	10.665	20.125	18.931
Depreciação e amortização	2.704	3.448	5.511	6.744
Seguros	156	130	230	220
Contribuições e doações	1.758	3.197	2.759	4.684
Contribuições setoriais	1.166	1.198	2.190	2.370
Aluguéis	876	1.700	1.793	3.156
Contribuição PREVIG	2.544	3.262	4.088	4.752
Outros	3.945	4.327	7.613	10.607
	41.252	44.603	79.582	82.906

22. – REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS

	Controladora (BRGAAP)			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2012	2011	2012	2011
Benefícios pós-emprego	4.362	23.914	8.451	46.633
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.219)	4.804	(8.122)	(1.416)
Devedores duvidosos	-	-	-	(6.043)
	2.143	28.718	329	39.174
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2012	2011	2012	2011
Benefícios pós-emprego	4.362	23.914	8.451	46.633
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.581)	4.768	(8.704)	(1.710)
Devedores duvidosos	-	-	(272)	(6.180)
Outras	(11)	63	(168)	-
	1.770	28.745	(693)	38.743

A reversão apresentada na rubrica “Benefícios pós-emprego”, no segundo trimestre de 2011 corresponde, substancialmente, ao reconhecimento da amortização dos ganhos atuariais diferidos que se encontravam acima do limite permitido de 10% (“corredor”), conforme estabelecido nas regras contábeis.

23. – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BRGAAP)			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	8.563	9.663	18.914	31.720
Juros sobre valores a receber	4.467	618	6.146	6.054
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.067	2.486	4.449	4.724
Outras	896	2.873	1.026	5.745
	15.993	15.640	30.535	48.243
Despesas financeiras				
Juros sobre dívidas	20.196	24.825	41.749	70.984
Juros sobre concessões a pagar	19.055	16.106	37.330	31.687
Juros sobre passivo atuarial líquido	2.578	4.541	5.156	9.083
Variação monetária sobre dívidas	4.407	9.173	11.127	24.033
Variação monetária sobre concessões a pagar	20.957	8.644	23.050	26.930
Variação cambial sobre dívidas	18.117	(7.601)	15.072	(5.987)
Outras despesas financeiras	9.424	3.856	16.128	8.731
	94.734	59.544	149.612	165.461
Despesas financeiras, líquidas	78.741	43.904	119.077	117.218

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	15.797	15.972	33.999	44.385
Juros sobre valores a receber	5.288	675	7.742	6.720
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.071	2.486	4.457	4.724
Outras	912	3.428	1.173	6.417
	24.068	22.561	47.371	62.246
Despesas financeiras				
Juros sobre dívidas	61.409	50.665	119.694	120.493
Juros sobre concessões a pagar	29.618	26.051	58.037	50.740
Juros sobre passivo atuarial líquido	2.578	4.542	5.156	9.083
Variação monetária sobre dívidas	4.407	9.385	11.127	24.863
Variação monetária sobre concessões a pagar	24.886	14.116	32.392	40.522
Variação cambial sobre dívidas	18.117	(7.601)	15.072	(5.987)
Outras despesas financeiras	10.148	4.779	18.753	10.320
	151.163	101.937	260.231	250.034
Despesas financeiras, líquidas	127.095	79.376	212.860	187.788

24. – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora (BRGAAP)							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	2012		2011		2012		2011	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	471.485	471.485	503.600	503.600	942.944	942.944	952.350	952.350
Equivalência patrimonial	(87.501)	(87.501)	(35.360)	(35.360)	(134.896)	(134.896)	(65.703)	(65.703)
Diferenças permanentes	5.643	5.152	(8.213)	(6.092)	7.152	5.616	(3.655)	(3.614)
Base de cálculo	389.627	389.136	460.027	462.148	815.200	813.664	882.992	883.033
Alíquotas	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(97.407)	(35.022)	(115.007)	(41.593)	(203.800)	(73.230)	(220.748)	(79.473)
Incentivos fiscais	5.651	-	4.708	-	8.911	-	6.119	-
Outros	(493)	12	6.909	157	(1.232)	12	7.166	314
Total no resultado	(92.249)	(35.010)	(103.390)	(41.436)	(196.121)	(73.218)	(207.463)	(79.159)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(56.112)	(22.328)	(106.306)	(40.335)	(165.744)	(62.937)	(211.320)	(78.946)
Diferido	(36.137)	(12.682)	2.916	(1.101)	(30.377)	(10.281)	3.857	(213)
	(92.249)	(35.010)	(103.390)	(41.436)	(196.121)	(73.218)	(207.463)	(79.159)

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	2012		2011		2012		2011	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	513.683	513.683	525.466	525.466	1.008.191	1.008.191	990.915	990.915
Ajuste em controladas tributadas pelo lucro presumido	(7.286)	(5.859)	(6.940)	(5.842)	(11.281)	(9.221)	(5.033)	(3.036)
Diferenças permanentes	6.799	5.926	(5.036)	(2.919)	9.186	7.471	3.047	3.085
Base de cálculo	513.196	513.750	513.490	516.705	1.006.096	1.006.441	988.929	990.964
Alíquotas	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(128.299)	(46.238)	(128.373)	(46.503)	(251.524)	(90.580)	(247.232)	(89.187)
Incentivos fiscais	5.651	-	4.708	-	8.911	-	6.119	-
Outros	(457)	12	4.285	(809)	(1.136)	12	5.874	(761)
Total no resultado	(123.105)	(46.226)	(119.380)	(47.312)	(243.749)	(90.568)	(235.239)	(89.948)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(83.003)	(32.117)	(120.875)	(45.698)	(206.075)	(77.660)	(239.819)	(89.419)
Diferido	(40.102)	(14.109)	1.495	(1.614)	(37.674)	(12.908)	4.580	(529)
	(123.105)	(46.226)	(119.380)	(47.312)	(243.749)	(90.568)	(235.239)	(89.948)

O incentivo fiscal corresponde à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração da operação da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra. Tal benefício foi concedido em função da Usina estar instalada na área da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e sua vigência inicial é de 10 anos, contados a partir de 2006.

25. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	31.12.2011	30.06.2012	31.12.2011
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	233.459	566.159	478.413	776.534
Mantidos até o vencimento				
Cauções e depósitos vinculados	-	32.159	106.428	129.490
Recebíveis e empréstimos				
Caixa e depósitos bancários à vista	1.246	960	4.530	5.274
Clientes	374.536	410.903	565.321	542.149
Alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Depósitos judiciais	108.382	104.059	118.159	105.832
Créditos com controladas	7.299	14.927	-	-
	811.808	1.216.053	1.359.737	1.646.165
Passivos financeiros				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	183.284	219.640	259.393	234.336
Empréstimos e financiamentos	668.182	671.045	3.093.733	3.157.806
Debêntures	326.764	491.394	326.764	491.394
Concessões a pagar	887.412	828.373	1.337.072	1.265.952
	2.065.642	2.210.452	5.016.962	5.149.488

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros foram determinados com base nos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente a taxas de juros de mercado julgadas adequadas para operações com características semelhantes às existentes na Companhia.

Foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os seus valores justos somente nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorreram principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Os valores contábeis e justos dos referidos instrumentos financeiros são os seguintes:

	Controladora (BRGAAP)			
	30.06.2012		31.12.2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	449.174	448.203	458.839	457.188
- Em moeda estrangeira	219.008	242.145	212.206	239.702
Debêntures	326.764	337.200	491.394	493.908
Concessões a pagar	887.412	1.477.082	828.373	1.227.435
	1.882.358	2.504.630	1.990.812	2.418.233

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	30.06.2012		31.12.2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.874.725	2.876.748	2.945.600	2.947.085
- Em moeda estrangeira	219.008	242.145	212.206	239.702
Debêntures	326.764	337.200	491.394	493.908
Concessões a pagar	1.337.072	2.068.107	1.265.952	1.811.391
	4.757.569	5.524.200	4.915.152	5.492.086

Mensuração do valor justo

As práticas contábeis definem o valor justo como o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. Para o cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros a Companhia utilizou as cotações de ativos ou de taxas de juros para o cálculo do valor presente no mercado ativo que, segundo as práticas contábeis, é definido como avaliação de Nível I.

c) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, a Companhia mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

c.1) Risco de mercado

A Companhia possui um comitê que gerencia esse risco, sendo que a utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros instrumentos de risco.

A operação de *swap* contratada pela Companhia para se proteger integralmente do risco cambial e de fluxo de caixa de um empréstimo contratado em dólar norte americano, no ano de 2011, foi considerada e está sendo apresentada como um único instrumento financeiro sintético.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no presente trimestre.

Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

A Companhia, para fins de referência, e em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, preparou uma análise de sensibilidade sobre seus empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos de variação de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira.

O cenário-base provável para 30.06.2013 (período de doze meses) foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 30.06.2013 e as vigentes em 30.06.2012. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre as taxas de juros, índices flutuantes e variações cambiais consideradas no cenário previsto.

Os impactos no resultado financeiro da Companhia, estimados para os próximos doze meses, decorrentes dessas variações estão demonstrados a seguir.

Risco de variação de juros e índices flutuantes:	Saldo 30.06.2012	Cenário provável	Cenário Δ 25%	Cenário Δ 50%
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.384.794	(10.366)	30.159	61.706
- CDI	436.654	(9.959)	8.165	16.254
- Dólar norte americano	110.620	(5.544)	20.725	46.994
- Euro	108.388	(5.432)	20.307	46.046
		(31.301)	79.356	171.000
Debêntures				
- TJLP	17.052	(41)	116	237
- IPCA	309.712	898	2.127	4.250
		857	2.243	4.487
Concessões a pagar				
- IGP-M	887.412	266	11.926	23.852
- IPCA	449.660	2.581	8.579	14.801
		2.847	20.505	38.653
	Variação anual 30.06.2012	Cenário provável	Cenário Δ 25%	Cenário Δ 50%
Variação dos índices:				
- TJLP	6,00%	5,50%	1,38 p.p.	2,75 p.p.
- CDI	10,61%	8,13%	2,03 p.p.	4,07 p.p.
- IPCA	4,92%	5,50%	1,38 p.p.	2,75 p.p.
- IGP-M	5,14%	5,17%	1,29 p.p.	2,59 p.p.
Variação das cotações cambiais:				
- Dólar norte americano	2,02	1,92	2,40	2,88
- Euro	2,56	2,43	3,04	3,65

As variações das taxas flutuantes *Libor 6 meses* e *Euribor*, referentes ao período de doze meses encerrados em junho de 2012, foram de 0,73 p.p. e 1,19 p.p., respectivamente, e os saldos dos empréstimos vinculados a estas taxas de juros na mesma data são de R\$ 70.392 (R\$ 37.962 líquido das garantias atreladas a *Libor*) e R\$ 108.388, respectivamente. Eventuais variações dessas taxas não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade acima.

c.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

c.3) Risco de crédito

Nos contratos de venda de energia de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Para minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras, e geradoras, assim como para os antigos contratos bilaterais com distribuidoras, a Companhia exige como garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Adicionalmente a Companhia revisa anualmente a análise de crédito de todos os seus clientes e avalia periodicamente sua exposição aos diversos setores da economia, buscando diversificar sua carteira e diminuir essa exposição ao risco específico setorial.

Nas operações de aplicações no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

A Companhia é avalista em diversos contratos com suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos e não detém nenhuma garantia para proteção contra esses riscos.

c.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados. A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

26. – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado:

a.1) Patrimoniais

30.06.2012	Ativo				Passivo			
	Contas a receber	Dividendos	Mútuo	Total	Fornecedores	Dividendos e JCP	Outros	Total
Itasa	2.310	12.674	-	14.984	6.062	-	177	6.239
CEE	18.960	10.547	-	29.507	-	-	-	-
Lages	1.662	-	-	1.662	-	-	-	-
TBLC	85.505	-	-	85.505	-	-	-	-
CESS	680	-	-	680	-	-	-	-
Ceste	2.349	-	-	2.349	-	-	-	-
Ibitiúva	108	-	7.299	7.407	-	-	-	-
Outras	593	-	-	593	374	-	188	562
TOTAL	112.167	23.221	7.299	142.687	6.436	-	365	6.801
31.12.2011	116.341	7.946	6.981	131.268	49.524	148.344	132	198.000

a.2) Resultado

2º trimestre 2012	Resultado							
	Receita operacional				Receita	Custo	Despesas	Resultado de participações societárias
	Suprimento de energia	Receita de serviços		Total	Financeira	Compra de energia e combustível	Gerais e administrativas	
		Operação e manutenção	Administração					
Itasa	-	3.501	-	3.501	-	35.134	-	11.315
CEE	-	-	-	-	-	-	-	11.366
Lages	2.736	502	52	3.290	-	-	-	904
TBLC	307.528	-	102	307.630	-	-	-	51.038
CESS	1.854	353	57	2.264	-	-	-	6.285
Ceste	-	4.707	-	4.707	-	-	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-	-	3.639
Outras	-	-	250	250	148	-	289	-
TOTAL	312.118	9.063	461	321.642	148	35.134	289	84.547
2º trimestre 2011	278.684	7.719	394	286.797	-	48.570	1.166	49.736

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. No balanço consolidado, as referidas transações são eliminadas na proporção das participações acionárias da Companhia no capital de cada controlada. Os detalhes das transações mais relevantes e os compromissos de competências futuras, portanto, não reconhecidos no balanço, estão a seguir demonstrados:

b) Compra e venda de energia

Controlada	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Compromisso Futuro (Base 30.06.2012)
Compra:				
Itasa	167	16.10.2030	IGP-M	2.283.737
Itasa	61	16.10.2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	485.805
Venda:				
TBLC	150	31.12.2015	IPCA	375.632
TBLC	190	31.12.2016	IPCA	611.820
TBLC	895	31.12.2012	IGPM	454.000
Lages	16	31.03.2017	Revisão anual de preço	79.490
CESS	5	22.04.2037	IPCA	161.052

De acordo com a política comercial da Companhia as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC, que compra energia da Companhia para atender os seus compromissos contratuais.

c) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro (base 30.06.2012)
Itasa	16.10.2030	IGP-M	210.512
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	204.036
CESS	15.10.2023	IGP-M	12.031
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	5.518

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

d) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os contratos têm prazo indeterminado e os valores contratados são reajustados anualmente pelo INPC. Os valores contratados tem como base em um percentual sobre a receita real ou prevista, esta para as empresas em fase pré-operacional. O valor anual contratado com suas controladas é de R\$ 1.904.

e) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 30.06.2012
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes controladas diretas e indiretas: Itasa, CESS, CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca e Ibitiúva	2.403.100
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower, de propriedade de sua controlada integral TBLP	21.308
BRDE	Caução das quotas de participação na controlada Lages	1.143

f) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de determinadas controladas em operações de compra de energia no valor total de R\$ 14.277 e R\$ 63.899, respectivamente. Os vencimentos estão programados da seguinte forma: R\$ 67.035 em 2012, R\$ 9.628 em 2013 e R\$ 1.513 em 2015.

g) Mútuo - Créditos com controladas

A Companhia possui um mútuo ativo com a controlada indireta Ibitiúva concedido para aplicação na construção da UTE Ibitiúva Bioenergética no período em que a controlada aguardava a liberação dos recursos pelo BNDES. A remuneração do mútuo corresponde a 100% da taxa Selic. O saldo remanescente em 30.06.2012 é de R\$ 7.299 (R\$ 6.981 em 31.12.2011).

h) Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria (pós-emprego). Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Honorários e benefícios de curto prazo	4.448	3.854	4.761	4.195
Bônus dos administradores e encargos	2.061	1.922	2.061	1.922
Benefícios pós-emprego	319	301	319	301
Encargos sociais	1.132	966	1.195	1.034
	7.960	7.043	8.336	7.452

27. – SEGUROS

A Companhia possui, em 30.06.2012, apólices de seguros ²² abrangentes de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de R\$ 10.776.453 na controladora e de R\$ 15.320.508 no consolidado, e para lucro cessante de R\$ 994.768 na controladora e de R\$ 1.181.644 no consolidado. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes na controladora é de R\$ 714.035, por evento.

Além desses seguros, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura no valor de R\$ 90.000.

O Consórcio Estreito Energia possui seguro de risco de engenharia para as unidades que ainda não entraram em operação comercial com valores declarados para danos materiais de R\$ 2.404.630 e perda de lucros esperados de R\$ 612.233. A participação da Companhia nessas coberturas corresponde à R\$ 963.535 e R\$ 245.322, respectivamente, equivalente à sua participação no Consórcio.

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

28. – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes contratos de longo prazo, cujas informações estão divulgadas de forma mais ampla nas demonstrações contábeis de 31.12.2011.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são os seguintes:

- Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica
- Contrato de venda de créditos de carbono – *Certified Emission Reductions* (CER);
- Contratos de conexão à rede elétrica;
- Contratos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD);
- Compra de gás natural;
- Operações de arrendamentos mercantil; e
- Contratos de construção em andamento.

Não houve nenhuma alteração significativa nos compromissos de longo prazo no presente trimestre, exceção feita ao fornecimento de gás natural para a Usina Termelétrica William Arjona, onde a Petrobras obteve liminar que lhe permite suspender o fornecimento de gás.

Ainda em relação a esta questão, posteriormente sobreveio decisão do STJ julgando “intempestivo” ou fora do prazo legal o Recurso Especial da Petrobras, que dessa decisão recorreu para o próprio STJ. Sendo assim, a Companhia aguarda-se julgamento desse recurso.

²² As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

29. – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controladora (BRGAAP)			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica	849.060	829.134	1.684.537	1.657.938
Fornecimento de energia elétrica	51.191	66.000	98.585	137.807
Transações no âmbito da CCEE	756	1.396	30.645	16.723
Exportação de energia elétrica	-	56.304	-	57.370
Outras receitas	10.277	9.187	18.389	16.714
	911.284	962.021	1.832.156	1.886.552
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(77.414)	(72.764)	(152.157)	(146.982)
ICMS	(6.061)	(10.877)	(10.844)	(22.033)
ISS	(407)	(302)	(714)	(662)
Pesquisa e desenvolvimento	(7.457)	(8.007)	(14.806)	(15.742)
	(91.339)	(91.950)	(178.521)	(185.419)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	819.945	870.071	1.653.635	1.701.133

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica	884.083	783.976	1.775.756	1.572.602
Fornecimento de energia elétrica	337.749	336.908	667.876	675.109
Transações no âmbito da CCEE	112.145	1.611	176.016	19.463
Exportação de energia elétrica	-	56.304	-	57.370
Outras receitas	6.014	5.515	10.829	9.645
	1.339.991	1.184.314	2.630.477	2.334.189
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(113.365)	(91.190)	(221.961)	(185.431)
ICMS	(22.699)	(26.157)	(41.800)	(50.788)
ISS	(407)	(302)	(714)	(662)
Pesquisa e desenvolvimento	(9.148)	(8.822)	(18.163)	(17.336)
	(145.619)	(126.471)	(282.638)	(254.217)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.194.372	1.057.843	2.347.839	2.079.972

30. – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Durante os períodos findos em 30.06.2012 e 30.06.2011 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.06.2012	30.06.2012	30.06.2011
Compensação de imposto de renda e contribuição social	-	1.145	912
Fornecedores de ativo imobilizado	2.270	15.842	26.179
Juros sobre financiamentos e concessões capitalizados	-	24.256	58.536
Complemento da concessão a pagar da UHE Estreito	-	3.515	-
Dividendos a receber de controladas	23.221	-	-

31. – EVENTOS SUBSEQUENTES

Dividendos intercalares

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 26.07.2012, aprovou distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2012, no valor de R\$ 693.759, correspondente a R\$ 1,0628376925 por ação, ou a 100% do lucro líquido ajustado do primeiro semestre de 2012.

As ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos intercalares, a partir de 13.08.2012.

O início do pagamento dos dividendos ocorrerá em data a ser definida posteriormente pela Diretoria Executiva da Companhia e com base nos dados cadastrais existentes no Itaú Unibanco. O registro contábil dos referidos dividendos ocorrerá no mês de julho de 2012.

Liberação dos depósitos judiciais realizados no âmbito da Instrução Normativa (IN) 658/2006 da Receita Federal do Brasil

Em 12.07.2012 o Superior Tribunal de Justiça julgou procedente o pedido da Companhia referente à liberação dos valores depositados judicialmente sob a égide da IN 658/2006. O diferimento do pedido levou em consideração a conclusão do STJ de que a concessão da ordem pelo TRF da 4ª Região relativa à questão envolvendo a IN 468/2004 abrangeu, também, o período regido pela IN 658/2006. O saldo dos depósitos realizados pela Companhia em 30.06.2012 era de R\$ 42.782.

Início da operação em teste da 7ª unidade geradora da UHE Estreito

A Aneel liberou em 19.07.2012 o início de operação em testes da 7ª unidade geradora da UHE Estreito. Esta unidade têm potência instalada total de 135,87 MW e energia assegurada para comercialização de 31,21 MW médios, dos quais a Companhia participa com 54,44 MW e 12,51 MW médios, respectivamente, correspondentes à sua participação de 40,07% no Ceste. Desta forma, após a entrada em operação comercial desta unidade, a UHE Estreito atingirá 951,14 MW, ou 87,5%, de sua capacidade instalada e 623,61 MW médios, ou 97,3%, de sua energia assegurada total.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Philip Gotsall Cox
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de
Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Identificação das projeções

a. Objeto da projeção

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador.

A demonstração dos montantes de investimentos da Companhia segrega valores dispostos em dois grupos:

- Investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições; e
- Investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições.

Ambos os modelos de projeção estão contemplados no item “d” abaixo.

As projeções realizadas são meras estimativas que normalmente dependem de eventos futuros; portanto não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Tractebel Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção.

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 31.12.2011 a Companhia havia divulgado as seguintes projeções para os anos de 2012, 2013 e 2014:

Valores em R\$ milhões	Previsão para os próximos 3 anos: divulgadas durante o 4º trimestre de 2011 na DFP		
	2012	2013	2014
Descrição / Período da projeção			
Financiados com dívida	369	-	-
Financiados com capital próprio	486	605	186
Total	855	605	186

No primeiro trimestre de 2012 as projeções foram revistas e passaram a apresentar a seguinte composição. Não houve alteração nas projeções no segundo trimestre.

Valores em R\$ milhões	Previsão para os próximos 3 anos: divulgadas durante o 1º trimestre e mantido durante o 2º trimestre de 2012		
	2012	2013	2014
Descrição / Período da projeção			
Financiados com dívida	299	225	-
Financiados com capital próprio	360	651	206
Total	659	876	206

Nota: As projeções acima não consideram os efeitos dos juros sobre o capital de terceiros incorridos sobre as construções.

As alterações nas projeções divulgadas na DFP de 31.12.2011 decorreram, principalmente, dos seguintes fatores: (i) postergação para 2013 de parte do investimento previsto para a construção dos novos parques eólicos na Região Nordeste (Porto do Delta e Projeto Trairí); (ii) mudança na alocação de investimentos no programa de manutenção de longo prazo das usinas existentes; e (iii) incremento da previsão de obtenção de recursos provenientes de financiamento para a construção dos parques eólicos do Projeto Trairí.

Investimentos realizados até o 2º trimestre de 2012:

No 2º trimestre de 2012 foram realizados investimentos na ordem de R\$ 79 milhões, dos quais R\$ 64 milhões foram aplicados na construção de novas usinas (UHE Estreito e Parques Eólicos) e R\$ 15 milhões foram destinados ao programa de manutenção de longo prazo de usinas existentes. Desse valor, R\$ 62 milhões foram financiados com capital próprio e R\$ 17 milhões com capital de terceiros.

O investimento acumulado no semestre atinge R\$ 179 milhões, sendo R\$ 128 milhões aplicados na construção das novas usinas, anteriormente citadas, e R\$ 51 milhões foram investidos no programa de manutenção de longo prazo de usinas existentes. Desse montante, R\$ 162 milhões correspondem à parcela financiada com capital próprio e R\$ 17 milhões decorrentes de capital de terceiros.



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras informações que a Companhia Entenda ser Relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tractebel Energia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações contábeis comparativas

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de julho de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 7 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

Florianópolis, 26 de julho de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo